



CENTRO SUL / VALE DO SALGADO
PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CENTRO SUL / VALE DO SALGADO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Lúcio Gonçalo de Alcântara
Governador

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Alex Araújo
Secretário

José Sales
Secretário Adjunto

SDLR / EQUIPE TÉCNICA

Lana Aguiar - Arquiteta/Urbanista
Coordenadora de Políticas Urbanas

Fátima Falcão - Economista
Coordenadora de Desenvolvimento Regional

Vânia Lima Araripe - Arquiteta/Urbanista
Célula de Planejamento

Felipe Rodrigues - Arquiteto/Urbanista
Francisco de Deus Barbosa - Arquiteto/Urbanista
Maria Cláudia Nogueira de Lima - Socióloga
Tânia Maria Sabino de Matos Brito - Socióloga
Analistas SDLR

José Borzachiello da Silva - Geógrafo
Eustógio Wanderley Dantas - Geógrafo
Consultores Especiais

BIRD

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO
DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ/PROURB

05		APRESENTAÇÃO
08		INTRODUÇÃO
10		A REGIÃO
10		História
13		Ambiente Natural
15		Infra-estrutura Regional
17		Economia
19		Cidades e População
22		Ambiente Institucional
23		A VISÃO DE FUTURO
23		Plano Estratégico de Desenvolvimento
24		Potencialidades
25		Análise de Resultados
26		Diretrizes Estratégicas
29		Estruturação do Espaço Regional
37		AS PROPOSIÇÕES
37		Programas e Projetos Estruturantes Regionais
40		Estratégias de Implementação
45		Gestão

APRESENTAÇÃO

Melhorando a vida nas cidades

O Ceará foi um dos primeiros Estados no Brasil a realizar um programa de desenvolvimento urbano e gestão do território através da seleção à qualificação de cidades pólo, visando a consolidação de uma rede urbana mais adequada aos programas de desenvolvimento implementados nos últimos 15 anos pela administração estadual.

O objetivo principal da ação era a melhoria dos padrões de atendimento das populações urbanas com a qualificação das cidades cearenses e redução da pobreza, através da geração de trabalho e renda, de acordo com visões de futuro mais adequadas a cada caso e roteiros de trabalho compostos com a participação da sociedade civil.

A decisão de construir este programa de desenvolvimento urbano e gestão, veio da constatação de que o Ceará vivenciou, nos últimos 30 anos, um acelerado processo de urbanização, que superou em velocidade o Nordeste e o Brasil, mas que por outro lado, quanto à evolução dos padrões de vida da população, este crescimento ficou abaixo dos índices observados no País. Estas constatações indicaram diretrizes de abordagem claras para definição de soluções aos problemas verificados.

Houve a compreensão que a falta de qualificação dos centros urbanos e a ausência de uma rede de cidades mais estruturada, em todo o território estadual, eram entraves ao desenvolvimento pretendido. Além disso, os indicativos de desempenho macroeconômico das diversas

situações no Estado, mostraram a necessidade de um novo modelo de interiorização das ações governamentais que incluísse a obrigatoriedade da descentralização das atividades econômicas, o incentivo à consolidação de arranjos produtivos locais e regionais, além do fortalecimento de pólos e regiões estratégicas como contraponto à excessiva concentração na RMF/Região Metropolitana de Fortaleza, que nas últimas décadas tem atraído a maioria dos investimentos públicos e privados, a exemplo do que ocorre em todos os grandes aglomerados urbanos no País.

A partir destas conclusões, foi proposta uma nova política urbana para o Estado, a partir de meados da década passada, influenciada por três fatores: a perspectiva de um crescente processo de urbanização no Ceará, a exaustão do modelo urbano brasileiro que privilegiou as grandes cidades, especialmente as capitais ou áreas metropolitanas, e a necessidade de interiorizar o desenvolvimento urbano, consolidando cidades pólo e regiões estratégicas.

Tais fatores foram as bases da estruturação do PROURB/Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, que inicialmente beneficiou 44 municípios do interior do Estado, além de intervenções em áreas de risco na RMF e proposições à solução dos problemas afeitos à habitação social.

Financiado pelo BIRD/Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial, com contrapartidas do Estado e dos municípios incluídos, o Programa atingiu indiretamente 64% da população urbana do interior através de planos, ações de capacitação da gestão municipal, projetos, obras estruturantes e de requalificação de áreas sob risco social, urbano e ambiental.

A diretriz básica do Programa voltava-se à capacitação destas cidades pólo para absorver o crescimento urbano e, simultaneamente, viabilizar o desenvolvimento econômico-social, respeitados os aspectos de sustentabilidade ambiental requerida, consolidando uma nova cultura de gestão municipal no Estado do Ceará.

Nos parâmetros estabelecidos, incluíam-se as realizações de:

- Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, que iniciaram um processo de mudança na forma de gerir as cidades cearenses, compostos de: Diagnóstico da Situação, Planos Estratégicos, Planos de Estruturação Urbana das Sedes Municipais e Legislação Urbanística, que incluíram os mais atuais requisitos de participação da sociedade, semelhantes ao do Estatuto da Cidade, Lei Nº 10.527, de 10 de julho de 2001;
- Capacitação e Modernização da Gestão Municipal, através da inclusão de rotinas administrativas contemporâneas, cadastros técnicos e modernização de equipamentos;
- Dotações de infra-estrutura urbana adequadas ao atendimento das principais necessidades da população em todos os municípios componentes do Programa, notadamente através do Programa de Qualificação Urbana de Micro-áreas de Risco Social e Ambiental;
- Elaboração de Projetos Estruturantes de Requalificação Urbana especialmente de áreas centrais, conjuntos de patrimônio

histórico, significativos ao resgate da cidadania local e regional, com ampliação de equipamentos, espaços públicos e áreas verdes, além de aprimoramento de sistemas viários arteriais;

- Implementação de Obras Estruturantes de Urbanização indicadas pelos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano;
- Elaboração de Plano Diretor de Habitação para o Estado do Ceará, como forma de contribuir à solução das demandas de habitação social e qualificação urbana correlata de áreas de ocupação espontânea ou risco ambiental.

Esse contexto consolidou uma estruturada parceria entre o Governo do Estado e Prefeituras Municipais como forma de capacitar o poder local para assumir de maneira mais eficiente seus próprios roteiros de administração e projetos e, também, contribuiu com o fortalecimento de uma nova cultura urbana, fundamentada na premissa básica de que a participação da população local na definição de seu futuro, de seus planos, projetos e demandas de obras é uma atividade essencial para a consolidação da cidadania e do avanço social.

Para tanto, o Plano Diretor, em cada município, foi o instrumento mestre deste conjunto de ações, que fomentou a participação da comunidade através de suas várias organizações.

Com o desenvolvimento do Programa, surgiram novas verificações que indicaram diretrizes de abordagem que deveriam levar em conta enfoques de caráter regional, integrando visões de futuro vinculadas a pólos de influência e regiões estratégicas. Como experiências piloto foram realizadas duas proposições de dimensão inter-municipal e regional, que demonstraram a necessidade de ampliar a abordagem do PROURB ao planejamento desses pólos e regiões estratégicas.

A primeira dentre estas experiências foi a realização do PDR MACIÇO DE BATURITÉ/Plano de Desenvolvimento Regional do Maciço de Baturité. Uma segunda experiência foi composta para a Área de Influência do CIPP/Complexo Industrial e Portuário do Pecém, na RMF/Região Metropolitana de Fortaleza.

Tanto a metodologia de abordagem, em ambos os casos, como os modelos adotados tiveram em conta diversas referências pesquisadas, como proposições sobre a regionalização em Portugal, especialmente no Distrito de Setúbal/Margem Sul da Área Metropolitana da Lisboa e na Região do Negev, no Sul de Israel. Significativa também foi a contribuição de professores da Universidade Ben Gurion, de Israel, através de estudos de territorialização e regionalização para o Estado do Ceará, em parceria com o IPLANCE/Instituto de Planejamento do Estado do Ceará.

Partindo desse contexto, foi adotado um novo marco conceitual no PROURB, vinculado à execução de planos e ações de desenvolvimento regional. A partir de 2003, com o aprimoramento da estrutura administrativa do Estado do Ceará e a criação da SCLR/Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, estes enfoques local e regional passaram à ordem do dia, expresso no próprio Plano de Governo *Ceará Cidadania - Crescimento Com Inclusão Social (2003/2006)*, destacados no eixo estratégico *Ceará Integração*.

Desta forma, os PDR/Planos de Desenvolvimento Regional passaram a ser peças fundamentais para o reconhecimento de cada pólo ou região estratégica como tal, com suas referências históricas, densidade econômica, potencialidades e peculiaridades, de forma a consolidar a adoção de uma política pública de ordenamento territorial fundamentada em visões de futuro que incluem a definição de diretrizes e modelos de estruturação regionalizados, que resultam em ações, projetos e obras estruturantes, concebidos a partir das próprias demandas

regionais. Sendo os mesmos, também, os futuros roteiros básicos para discussão dos próximos PPA/Planos Plurianuais do Estado do Ceará.

Quatro outros PDR foram realizados com auxílio de consultorias especializadas: Vale do Coreaú e Ibiapaba, Vale do Acaraú, Baixo Jaguaribe e Centro Sul/Vale do Salgado, que aqui é apresentado em versão compacta, com propostas para os 14 municípios da região, e em programação, para realização posterior, outros planos serão compostos, para outros pólos e regiões estratégicas do Estado, estes já no contexto do novo programa que sucederá o PROURB, denominado *Cidades do Ceará*, ora em discussão com o BIRD: Cariri, Sertão Central, Litoral Leste, Litoral Oeste e Sertão dos Inhamuns e Crateús.

Com o Programa *Cidades do Ceará*, o horizonte é avançar na consolidação da integração do Estado do Ceará, através do ordenamento do território estadual e interiorização do desenvolvimento, como uma ação política que estreita os laços de parceria entre o Governo e a sociedade civil, indispensáveis à construção de um futuro com justiça e equilíbrio social.

Por fim, deve-se buscar apoio de outras instâncias e instituições públicas nacionais e internacionais que possuem foco de ação no Nordeste, com ênfase especial às situações do semi-árido, onde as regiões Centro Sul/Vale do Salgado estão localizadas, com o Ministério da Integração Nacional, DNOCS/Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, BN/Banco do Nordeste do Brasil, BNDES/Banco Nacional de Desenvolvimento Social e outras.

INTRODUÇÃO

Para trilhar em direção a um novo padrão de crescimento, um projeto de desenvolvimento regional deve buscar, além da qualidade produtiva, a melhoria das condições de vida da população. Isso foi fortemente considerado na elaboração do PDR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO/Plano de Desenvolvimento Regional do Centro Sul/Vale do Salgado, que vem a ser um conjunto de estratégias de desenvolvimento em busca de novos caminhos e oportunidades, a partir do envolvimento e comprometimento dos poderes públicos e das comunidades.

O conceito de região foi trabalhado em termos de relações sociais presentes e suas espacialidades, apresentando conteúdo e procurando compreender a inter-relação de seus municípios, bem como a forma e o grau de sua inserção, além de suas fronteiras, dentro e fora do estado e do país.

O PDR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO estabeleceu prioridades fundamentadas nos valores de uma ótica de desenvolvimento que, além de indicadores de crescimento econômico, como o PIB/Produto Interno Bruto, tem como parâmetro o IDH/Índice de Desenvolvimento Humano, envolvendo fatores de saúde, educação e renda, e o IDM/Índice de Desenvolvimento dos Municípios, que se constitui em uma síntese de indicadores sociais, econômicos, demográficos, de infra-estrutura, entre outros, e que caracteriza o nível de desenvolvimento da população.

Neste documento encontram-se um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento equilibrado e sustentável da região, envolvendo uma série de ações coordenadas, nos âmbitos econômico, sócio-cultural, ambiental, tecnológico e político-institucional.

Para o estudo do crescimento econômico, a produção regional foi pensada nas suas diferentes possibilidades de atender a demanda e gerar oferta de bens e serviços.

Em termos de demanda, dois aspectos foram considerados:

- A demanda como sendo exterior à região, quando se transforma no elemento propulsor do seu desenvolvimento;
- A demanda induzida internamente pela renda distribuída na própria região e ampliada por circuitos multiplicadores internos à região.

Em relação à capacidade de gerar oferta de bens e serviços, foram analisados:

- A disponibilidade de terra, capital e mão-de-obra;
- As possibilidades de criação e incorporação do progresso técnico;
- As condições locais para atração das atividades produtivas;
- As características do meio ambiente.

O PDR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO foi elaborado com os seguintes objetivos:

- Traçar o cenário futuro da região a partir de seu diagnóstico, potencialidades e restrições, buscando definir as oportunidades mobilizadoras em direção à mudança pretendida;
- Apoiar o desenvolvimento assentado em bases endógenas a partir do planejamento regional;
- Contribuir com o desenvolvimento de processos de articulação e cooperação intermunicipais e entre os diversos agentes e instituições que intervêm e atuam na região;
- Compatibilizar interesses divergentes sob uma ótica de benefícios coletivos e de um “ambiente inovador”, indispensáveis à sustentação da política de desenvolvimento desejada;

- Contribuir para dotar os municípios de infra-estruturas que estimulem a integração regional, a acessibilidade interurbana, e que sirvam de suporte à consolidação das atividades econômicas consideradas estratégicas.

Embora o PDR não se caracterize como um Plano de Governo, os projetos que o integram deverão ser incorporados pelos planos de governos municipais da região e respectivos orçamentos plurianuais.

A REGIÃO

História

O Nordeste representa um dos marcos iniciais da colonização brasileira e nos cenários de transformação econômica, social e política, durante quase todo o período colonial, duas foram as diretrizes principais de conquista e ordenamento do território nordestino: uma primeira, vinculada à cultura da cana-de-açúcar, nas situações litorâneas, principalmente em áreas de recôncavo, onde as terras eram mais férteis e adequadas às práticas agrícolas e uma segunda, afeita à criação de gado, responsável pela ocupação das terras no interior. A pecuária, inicialmente uma atividade complementar, com o tempo passou a ser uma nova matriz econômica, responsável pelo desbravamento do Sertão Nordestino e intercâmbio entre os extremos geográficos do Brasil, as regiões Norte e Sul. Mesmo com as limitações das características semi-áridas da região, como a falta de sombra e a alimentação limitada por tipos de vegetação sempre rala e áspera, houve uma expansão das fronteiras de ocupação, em dois séculos, utilizando-se dos cursos dos rios que compareciam como as melhores vias de penetração e, desta forma, contribuíam para consolidar os principais vetores de expansão no interior, com as localizações das situações de apoio: os acampamentos que se transformaram em localidades e povoados que fizeram surgir os sistemas de cidades do *hinterland* e que comparecem, no presente, como bases de estruturação de propostas de desenvolvimento regional.

As primeiras expedições exploratórias, para o Sertão, partiram de Salvador, ocupando inicialmente todo o litoral baiano até Sergipe e depois seguindo interior adentro, acompanhando o curso do rio São Francisco e chegando às terras do Ceará, Piauí e Maranhão. Esta corrente tem o nome de “Sertão de Dentro” ou “São Franciscana”. Outras expedições, mais tarde, tiveram origem em Pernambuco, de onde saíram novos aventureiros, compondo trilhas que tinham como ponto de partida os maiores centros comerciais da capitania: Olinda, Igarapé e Goiana, indo em direção ao Rio Parnaíba e cruzando, em determinados trechos, com a rota dos baianos. Este caminho foi chamado de “Sertão de Fora”.

As terras cearenses, por conta de peculiaridades geográficas e políticas, como o difícil acesso à costa, por um lado, e a resistência dos indígenas e a forte ocupação francesa no Maranhão, por outro, postergaram a entrada do Ceará na história do Brasil Colônia. E somente a necessidade de afirmação da posse sobre a linha da costa fez com que Portugal assumisse providências quanto à sua ocupação, como uma base militar de apoio para a defesa da costa brasileira aos ataques holandeses e franceses.

No século XVII, com a criação do Estado Novo do Maranhão foi reforçado o caráter político de exploração das terras cearenses. Entretanto, em 1656, volta esta região a vincular-se a Pernambuco, justificada como

uma medida administrativa que apoiava a busca de novas terras sertão adentro para explorá-las com a criação de gado, já que a pecuária passava a figurar como uma nova possibilidade de enriquecimento.

Assim, no Ceará, esta atividade econômica tornou-se por demais atrativa e efetiva, devido a peculiaridades quanto à conformação geográfica do território, com serras e chapadas que contornam um conjunto de planícies sertanejas, entrecortada por rios que dão acesso ao litoral e fornecem água, elemento essencial às atividades agro-pastoris. Desta forma, nada mais natural do que as sesmarias, doadas a partir de 1680, se localizassem nas imediações dos rios mais perenes e volumosos, destacando-se o rio Jaguaribe e seus afluentes, Salgado, Banabuiú e Quixeramobim.

Assim é que no início do Século XVIII a economia cearense já se encontrava vinculada à pecuária. A produção local consolida o intercâmbio comercial com Pernambuco e Bahia e com suas concentrações populacionais. As boiadas seguiam pelo Sertão, guiadas pelos tangerinos em percursos comumente feitos utilizando-se a “Estrada Geral do Jaguaribe” ou “Caminho do Gado”, que situava-se na Banda Ocidental da Capitania, cortando-a de Norte a Sul, comunicando as diversas áreas de produção ao longo do rio Jaguaribe e até o médio São Francisco. Outra opção era a “Estrada das Boiadas” que interligava a Região Central (Quixeramobim, Boa Viagem e Sobral) com o Piauí, e com os caminhos que partiam da Banda Oriental (Camocim e Acaraú), cruzavam com os anteriores, deixando a zona que abrigava os povoados de Fortaleza e Aquiraz.

Com a evolução do processo, verificou-se que eram maiores as compensações com a comercialização processada como carne de sol, do que o comércio de gado em pé. E por necessidade de aprimoramento industrial surgiram as Oficinas, Charqueadas ou Feitorias: as fábricas de beneficiamento de carne instaladas nos estuários dos rios

Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, estendendo-se depois aos rios Parnaíba, no Piauí, e Açu, em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Como decorrência deste *Ciclo do Gado*, foram surgindo povoados e vilas, que passaram a freguesias e cidades, em vários pontos da Capitania. Merecem destaque Icó, no Vale do rio Salgado; Aracati, junto à foz do rio Jaguaribe; Sobral, na ribeira do rio Acaraú e Quixeramobim, no Sertão Central.

Icó, consolidada às margens do rio Salgado, no cruzamento das duas mais importantes estradas das ribeiras, ponto de encontro e pouso dos tangedores de gado e posteriormente um povoado, evoluiu e transformou-se no maior entreposto comercial do interior do Ceará, nos séculos XVIII e XIX.

A implantação do núcleo inicial, ponto de convergência dos caminhos do gado, foi o fator determinante para que houvesse um desenvolvimento comercial que consolidou uma evolução urbana notável, evidenciada no traçado da sede urbana, determinado por Carta Régia e no patrimônio edificado, hoje em requalificação, composto de igrejas, Casa de Câmara e Cadeia, Teatro da Ribeira dos Icó e diversos edifícios comerciais e residenciais de grande porte.

Devido às situações climáticas adversas das secas e outros fatores de ordem econômica, o *Ciclo do Gado* entrou em colapso e isto comprometeu a posição hegemônica inicial de Icó. Com o surgimento da cultura do algodão, que na primeira década do século XIX já era o principal produto da economia cearense, as cidades mais jovens, como Iguatu, consolidaram-se como base da comercialização da produção algodoeira.

Com o incremento na demanda do produto no mercado internacional, a partir de 1860, em consequência da queda da produção dos Estados Unidos, principais fornecedores mundiais, envolvidos na Guerra Civil da Secessão, a cultura do algodão desenvolveu-se ainda mais. Como consequência local, Iguatu consolidou-se como núcleo de importância regional, tendência esta já verificada a partir de 1831, quando passou a

ser sede de Freguesia transformada, em 1851, em um povoado, se desmembrado de Icó, e a seguir à condição de Vila, emancipada em 1853, e elevada à categoria de cidade, em 1883.

No final do século XIX, Iguatu já possuía uma sólida base econômica vinculada à atividade agrícola, que incluía uma pecuária distribuída nos muitos sítios e fazendas espalhados no entorno da cidade e de seus principais recursos hídricos. O comércio alcançara inegável amplitude, o que levou Iguatu assumir a liderança sócio-econômica da região Centro Sul do Ceará.

Em 1910, com a ligação ferroviária de Fortaleza a Iguatu, e a subsequente extensão ao Crato e ao vizinho Estado da Paraíba, Iguatu ganhou novo impulso. Desenvolvendo-se as comunicações e as ligações comerciais com as praças de Campina Grande, Recife e Fortaleza, surgiram as primeiras indústrias e, a posição de liderança regional foi mais e mais ampliada. Dessa forma, consolidaram-se as bases da atual polarização do município, que incluiu a melhoria da acessibilidade (polarização geográfica) e da estruturação produtiva industrial (polarização técnica). Tanto é que, quando ocorre a crise do algodão, mais à frente, Iguatu já se encontrava, há algum tempo, consolidada como centro comercial estruturado, com alguns setores de transformação industrial, especialmente de vestuário, calçados e produtos alimentícios, em operação e capacidade produtiva destacada.

A partir de fins da década de 60, delineiam-se novas perspectivas para a região com a implantação do Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos, na planície do rio Salgado. Os solos de aluvião, propícios à culturas agrícolas diversas e intensivas e o suprimento hídrico assegurado pelo açude Lima Campos, favoreceram a instalação de uma grande área irrigável de mais de 4.260 hectares. Além disso, Dimensionaram-se possibilidades de consolidação de atividades produtivas ligadas à fruticultura para atendimento das

demandas de mercado nacional e internacional, possíveis a partir da modernização agrícola, introdução de técnicas mais avançadas de irrigação, aliadas às perspectivas de transformação industrial e uma correta logística de comercialização e distribuição de produtos que cabe a este Plano indicar.

Evidenciam-se desta forma, como as transformações no panorama da economia desde os primórdios da consolidação da região no século XVIII demonstram a importância das atividades econômicas na implantação, crescimento e consolidação das sedes municipais e redes de cidades, assim como definições de autonomia política dessas situações.

Ambiente Natural

A região Centro Sul/Vale do Salgado caracteriza-se pelo potencial hídrico, com destaque para os açudes Orós (2,10 bilhões de m³), Lima Campos (66 milhões de m³) e Trussu (301 milhões de m³), além de fontes, rios e lagoas. A capacidade de acumulação de água, a disponibilidade de solos com possibilidades para a prática da agricultura irrigada e a disponibilidade de horas de sol/ano, colocam a região como uma das mais favoráveis à geração de emprego e renda. Além disso, com uma exploração racional, podem ser desenvolvidas no Centro Sul/Vale do Salgado atividades turísticas e piscicultura.

Segundo o PERH/Plano Estadual dos Recursos Hídricos do Ceará-1991, a região Centro Sul/Vale do Salgado está banhada pelas bacias hidrográficas Salgado, Alto e Médio Jaguaribe. A Bacia do Jaguaribe é a que apresenta maior potencialidade hídrica do Estado, a maior concentração de açudes, o maior volume acumulado, a totalidade dos grandes reservatórios, além da maior vazão regularizável.

A região é dotada de 11 açudes públicos, seis deles considerados de médio a grande porte. Isso significa uma capacidade de reserva de água da ordem 2,4 milhões de m³ e uma vazão hídrica de 458 milhões de m³/ano.

A maior parte do território regional apresenta formas suaves, características da Depressão Sertaneja. As altitudes situam-se entre 200 e 700 metros acima do nível do mar. A sedes municipais possuem uma altitude média em torno de 250 metros.

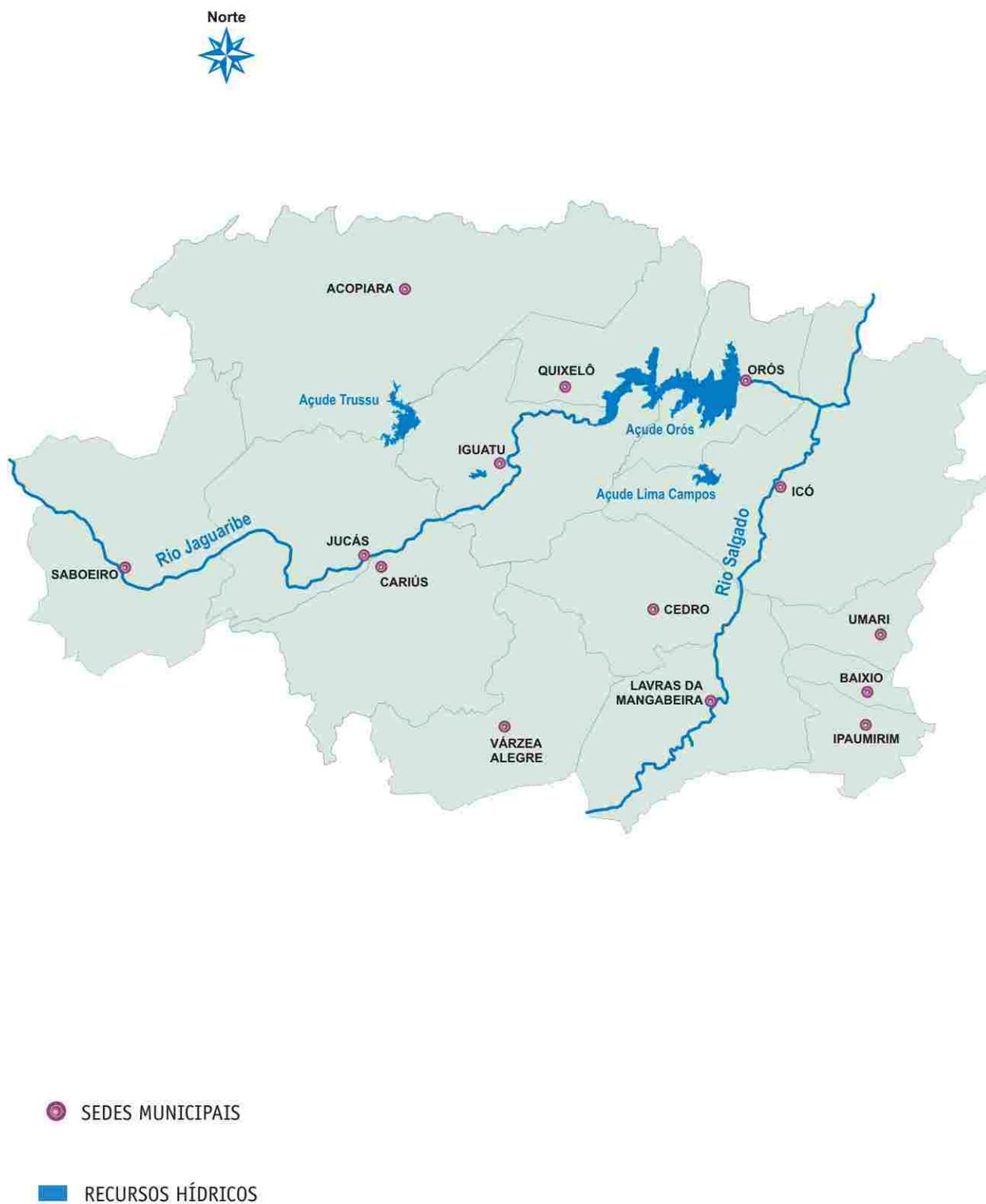
As cidades de Icó, a 154 metros acima do nível do mar, e de Acopiara, a 317 metros de altitude, apresentam-se como as mais distantes da média regional.

A cobertura vegetal predominante na região é formada pela caatinga arbustiva densa. Nos municípios de Icó, Lavras da Mangabeira, Orós e Saboeiro destaca-se a presença da caatinga arbustiva aberta, bem como nos municípios de Acopiara, Jucás e Saboeiro. Em Baixio, Ipaumirim e Umari aparece a caatinga arbórea.

A temperatura média da região é de 25,6°C, no entanto, no trimestre outubro-dezembro chega à máxima absoluta superior a 33°C. No trimestre abril-junho as temperaturas são mais amenas. A variação média da temperatura chega a 3,7°C entre o mês mais frio (junho) e o mês mais quente (outubro). As médias máximas e mínimas extremas ocorrem, respectivamente, nos meses de novembro (35,2°C) e julho (20,2°C).

A incidência do sol na região é, em média, de 2.900 horas por ano. Isso demonstra a dimensão da luminosidade regional, onde o brilho solar chega a 8 horas diárias. 66% dos dias do ano possuem incidência solar direta. O trimestre fevereiro/março/abril apresenta os menores valores.

Composição Regional, Sedes Municipais e Principais Recursos Hídricos



Infra-estrutura Regional

Um dos pontos relevantes da região é sua infra-estrutura regional, tendo como base quatro elementos principais: a conectividade (circulação/transportes e telecomunicações), o fornecimento de energia, o estoque e a distribuição de água como suporte à irrigação e o saneamento básico (água, esgoto e lixo).

As principais vias de acesso e circulação na região Centro Sul/Vale do Salgado são as rodovias federais BR-116 e BR-230 e rodovias estaduais CE-060, CE-153, CE-184, CE-282, CE-284, CE-371, CE-375 e CE-481, que conformam uma malha viária radial, cujo núcleo central é Iguatu. As conexões entre as sedes municipais e distritais são complementadas por uma rede de vias vicinais.

De uma forma geral, o transporte de cargas se dá pelas rodovias através do uso de caminhões. Atualmente, a conservação precária das principais vias de escoamento vem dificultando a entrega dessas cargas. A região possui, ainda, sistemas de transporte ferroviário e aeroviário. A via férrea cruza a região - municípios de Acopiara, Iguatu, Cedro, Lavras da Mangabeira e Baixio- ligando-a a Fortaleza e à Paraíba, passando pelo Sertão Central e pelo Cariri. É atualmente subutilizada, servindo somente ao transporte de cargas mais pesadas como cimento, ferro, argila, alumínio e combustível.

Quanto ao sistema aeroviário, existe uma boa pista de pouso em Iguatu. Entretanto, não há linhas regulares para a região, por ser a demanda insuficiente. Hoje, este equipamento serve para pouso eventual de aeronaves particulares e para despacho de malotes dos Correios e das agências bancárias.

Quanto ao sistema principal de açudes regionais que engloba os reservatórios de Orós, existe ainda o Perímetro Irrigado Icó-Lima Campos, com mais de 4.260 hectares de área irrigada, extensíveis a 6.320 hectares de área de sequeiro, com potencial de utilização que permite produções diversificadas de culturas de arroz, feijão, milho, banana, coco, graviola, goiaba, manga, abacaxi, uva e capim de corte, além de pecuária bovina leiteira.

Espacialização da Rede Viária da Região



-  SEDES MUNICIPAIS
-  RECURSOS HÍDRICOS
-  VIA FÉRREA
-  RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS

Economia

A região Centro Sul/Vale do Salgado possui nas atividades agrícolas a sua vocação de desenvolvimento, as quais se vincula o fato de 46% de sua população total habitar o meio rural. Apenas os municípios de Iguatu e Orós têm população urbana superior. Como estas atividades agrícolas compõem o mais importante setor relacionado à estruturação da produção regional, esta vinculação produção-demografia constitui-se como um ponto forte no incremento do desenvolvimento regional. A região, por exemplo, vem se firmando como produtora de frutas, com destaque para a produção de banana, manga e laranja, segundo a Pesquisa de Produção Agrícola Municipal do IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 1990-2001.

O setor Terciário aparece como o que possui maior participação na constituição do PIB/Produto Interno Bruto regional, respondendo por 75,8% do total, segundo dados do IPLANCE/Instituto de Planejamento do Estado do Ceará. Predominam os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios e é forte a participação dos serviços de utilidade pública, representando o setor de serviços.

O setor industrial participa com menos de 7%, no entanto, Iguatu concentra mais de 42% do PIB industrial da região. Esse desempenho é o resultado da implantação

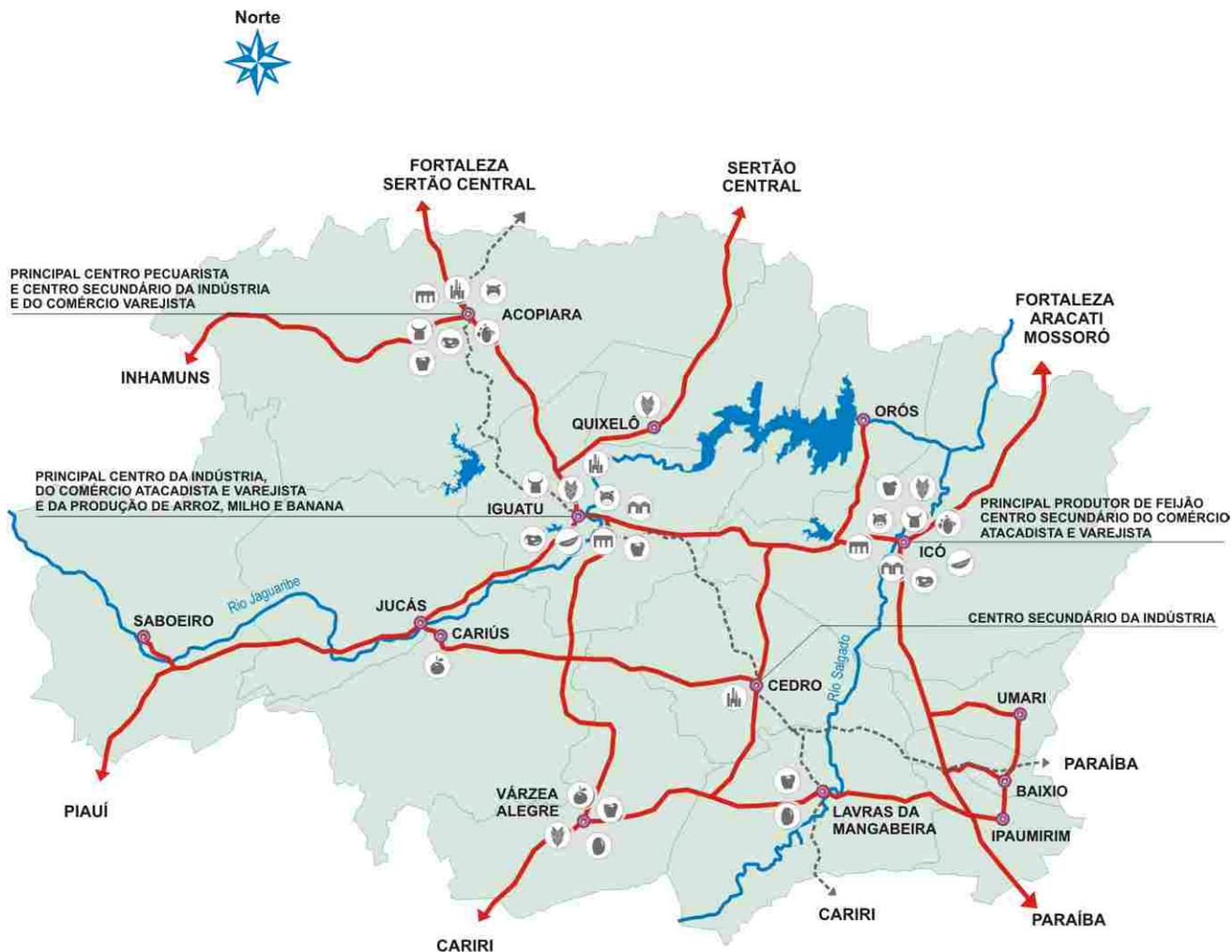
de projetos financiados pelo FDI/Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado do Ceará. A presença embrionária da indústria e sua concentração em Iguatu, criando ainda tênues economias de aglomeração, são fatores favoráveis para um futuro desenvolvimento industrial.

Ainda em relação ao PIB, a preços correntes a região progrediu de R\$ 463,7 milhões, em 1996, para R\$ 580,6 milhões, em 1998, permitindo uma maior participação no PIB do Estado do Ceará que passou, no período, de 2,96%, para 3,08%.

A distribuição setorial do PIB da região revelou o predomínio do setor Terciário quando comparado aos setores Secundário e Primário. Comércio e serviços contribuíram com 77,20% do PIB da região, em 1998, enquanto a participação da agricultura foi de 15,39% e da indústria de apenas 7,42%.

A população ocupada por ramos de atividade revelou que o setor Primário responde por 48,24% das ocupações da região, seguido do setor Terciário com 27,14% e Secundário com 11,08%. Esses índices mostram que apesar da maior participação do setor serviços no PIB regional, as ocupações estão predominantemente no setor Primário.

Espacialização das Atividades Produtivas



-  SEDES MUNICIPAIS
-  RECURSOS HÍDRICOS
-  VIA FÉRREA
-  RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS
-  FEIJÃO
-  MANGA
-  LARANJA
-  MILHO
-  BANANA
-  ARROZ
-  SUÍNOS
-  GALINÁCEOS
-  BOVINOS
-  INDÚSTRIA
-  COMÉRCIO ATACADISTA
-  COMÉRCIO VAREJISTA

Cidades e População

No Século XIX, no ano de 1823, existiam no Ceará dezoito municípios. Dentre estes constavam da região em estudo Icó, Lavras da Mangabeira e Jucás, cujas datas de transformação em município são os anos de 1735, 1816 e 1823, respectivamente. No contexto mais amplo, tanto ao Norte como ao Sul, existiam ainda os municípios de Quixeramobim e Crato, com datas de elevações a município respectivamente de 1766 e 1764.

Icó e Quixeramobim haviam se firmado como núcleos populacionais na era do gado, assim como o município de Crato. Já Lavras da Mangabeira ganhou importância na época da febre do ouro na região de Missão Velha. A revisão da genealogia territorial dá indícios de vínculos que justificam, subjetivamente, a composição de uma região. No caso da Região Centro Sul/Vale do Salgado se sobressaem, historicamente, três geratrizes: os municípios de Icó, Lavras da Mangabeira e Jucás.

A partir de Icó surgiram Iguatu e Orós, e a partir de Iguatu vieram os municípios de Acopiara e Quixelô. Tais localidades, portanto, mantêm uma ligação que se deu num primeiro momento pela gênese do lugar e, posteriormente, pelas naturais relações econômicas e sociais complementares que, paulatinamente, foram se ampliando. Do desmembramento de Lavras da Mangabeira surgiram os municípios de Várzea Alegre, Umari, Aurora, Cedro, Ipaumirim e Baixio. Como dito anteriormente, a origem histórica de Lavras da Mangabeira está ligada ao ciclo do ouro e portanto, o desenvolvimento econômico e conseqüente autonomia de tais municípios se deram em função desta atividade.

A exceção é feita ao município de Cedro que, por abranger terras que continham um bom potencial hídrico, se firmou como produtor agrícola, cultivando principalmente o algodão. Apesar dos investimentos em um dos produtos de maior faturamento no início

do século XX, pode-se afirmar que a povoação do Cedro só veio, de fato, a prosperar a partir da instalação da Estação e Parque Ferroviário, em 1916. A via férrea possibilitou um incremento econômico que viabilizou sua emancipação em 1920, bem como fez a ligação com municípios vizinhos, inclusive com Iguatu, potencializando a interação entre eles e, assim, criando o forte vínculo que se mantém até hoje.

Do município de Jucás deu-se origem Saboeiro e Cariús. Estes três municípios se desenvolveram também a partir da agricultura cultivando, principalmente, porções de terras com algodão e cana-de-açúcar. Assim posto, fica fácil deduzir que a ligação destes municípios com Iguatu deu-se, originalmente, através da produção do algodão, onde a proximidade física possibilitou que se instituíssem relações comerciais e sociais.

Atualmente, os vínculos do conjunto de municípios da região com Iguatu e Icó são mais em decorrência das funções institucionais e de serviços, que se concentram nestes municípios pólo, do que pelas relações comerciais, visto que esta atividade atende mais a uma demanda local do que regional.

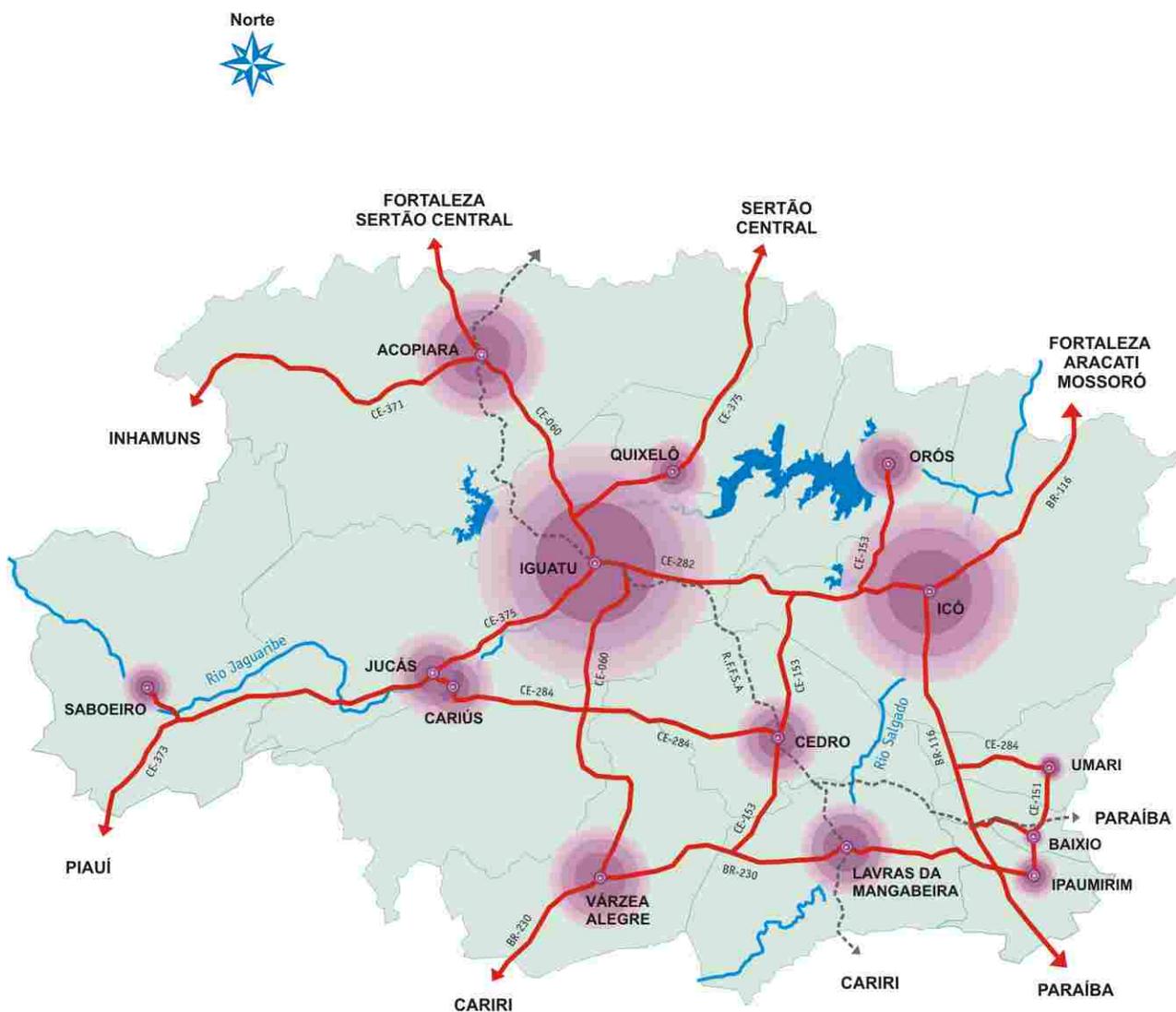
Isto apresentado, uma diretriz principal à região, volta-se a consolidar uma rede de cidades eficiente, superando tanto a força de atração da RMF/Região Metropolitana de Fortaleza, sobre todo o Estado do Ceará, como os indutores de aproximação que estão no Cariri, que tem fortes relações econômicas e sociais com esta região. Estas relações se dão mais efetivamente com os municípios que se situam ao sul, como Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira. Entretanto, a força econômica do Cariri, concentrada em Juazeiro do Norte e no Crato, polariza inclusive os municípios de Iguatu e Icó. Neste cenário, a URCA/ Universidade Regional do Cariri é, certamente, um dos principais elementos

geradores do fluxo populacional rumo a esta região e fator que contribui, juntamente com a maior oferta de bens e serviços e a efervescência cultural, para o seu maior dinamismo. O grande desafio é fortalecer um contexto regional dinâmico e desenvolvido com sustentabilidade local.

A população total da região, em 2000, era de 405.001 habitantes, representando 5,5% da população residente no Estado do Ceará. Em comparação com a respectiva população regional residente em 1991, da ordem de 386.597 habitantes, ocorreu um incremento populacional, no período, de cerca de 4,7%, resultando numa taxa de crescimento média anual de 0,52%. Este incremento populacional foi muito inferior ao ocorrido no Estado como todo, que foi de 16,71% e resultou numa taxa média de crescimento

anual de 1,75%. No que diz respeito à densidade demográfica, a região evidenciou, em 2000, 31,4 habitantes/km² a qual, se comparada à do Estado que foi, no mesmo ano, da ordem de grandeza de 51 habitantes/km², significou proporcionalmente apenas 61,6% da mesma. Essas baixas densidades demográficas, reveladas para a região, sugerem a existência de uma expressiva rarefação populacional. Na realidade, a região encerra uma visível concentração relativa da população residente, que de certo modo, termina por apresentar disparidades não desprezíveis de densidades demográficas entre os municípios. E, mais ainda, estas disparidades de assentamentos populacionais estão intimamente associadas às próprias desigualdades econômicas intermunicipais, outro desafio a ser superado.

Polarização Regional e Rede de Acessibilidade



-  SEDES MUNICIPAIS
-  RECURSOS HÍDRICOS
-  VIA FÉRREA
-  RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS
-  RAIOS DE INFLUÊNCIA - COMÉRCIO/SERVIÇOS

Ambiente Institucional

Uma das premissas básicas para a prática do planejamento participativo é a existência de uma vida associativa que, de um lado, precisa de uma quantidade expressiva de organizações da sociedade civil e, de outro lado, tenham capacidade de mobilização para pressionar e negociar suas reivindicações e propostas.

Com base nesta premissa, na elaboração do PDR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO foi constituído o Grupo de Parceiros com o

objetivo de mobilizar a sociedade para o desenvolvimento regional, assim como participar dos eventos e das etapas de realização do Plano. A participação era voluntária e o modelo deste Grupo de Parceiros será a base para a constituição do Conselho de Desenvolvimento Regional.

A VISÃO DE FUTURO

Plano Estratégico de Desenvolvimento

Um PDR/Plano de Desenvolvimento Regional analisa as potencialidades, os desafios e as dificuldades que compõem a região, considerando-a um sistema aberto dotado de um ambiente interno bem definido, que interage com um ambiente externo, influenciando-o ou sendo por ele influenciado. Portanto, mais que uma referência espacial, o interno e o externo são encarados como um processo relacional.

O ambiente interno é constituído por seus elementos próprios, os atores sociais envolvidos com suas ações e o espaço organizacional no qual está inserido. Neste sentido, a região Centro Sul/Vale do Salgado apresenta um conjunto de condições internas muito favoráveis ao seu desenvolvimento.

O ambiente externo é representado por fatores relevantes no seu entorno, entre os quais encontram-se, por exemplo, normas, política, condições gerais jurídicas e econômicas do país, atividades de outras organizações, tecnologias disponíveis, concepções técnicas e condições geográficas e naturais.

O Plano Estratégico para a região Centro Sul/Vale do Salgado foi elaborado envolvendo metodologia específica que abrange participação de vários segmentos sociais e a organização das informações elaboradas a partir do diagnóstico contido na caracterização. Esse diagnóstico estrutura os conjuntos de pontos fortes e pontos fracos, internos à região, bem como as ameaças e oportunidades oriundas do ambiente externo. As tendências detectadas nesses aspectos e consolidadas na matriz *SWOT* (sigla em inglês

para fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças e que tem sido comumente traduzida por FOFA - sigla em português para os mesmos termos), indica as relações existentes entre esses elementos permitindo a formulação de cenários para a região e a elaboração de estratégias consistentes.

As tendências detectadas nesses aspectos e consolidadas na matriz *SWOT* (FOFA) de análise, contribuem para a estruturação da vocação econômica da região que será compatibilizada com a Visão de Futuro elaborada com a participação ativa da sociedade em seminário específico.

A partir dessas análises e definições, a montagem dos cenários prospectivos foi feita com base em algumas hipóteses gerais abrangendo toda a região, envolvendo considerações demográficas, sócio-econômicas, físico-ambientais, concebidas dentro de um horizonte para os próximos vinte anos. Os cenários prospectivos situam-se em torno de dois eixos, um tendencial e outro alternativo, incorporando as possibilidades abertas para a região.

Em função da opção escolhida, foram formuladas diretrizes temáticas coerentes, que permitiram detalhar as ações e projetos dentro de cada diretriz temática. As ações e projetos serão enquadrados e ordenados em termos de sua importância relativa gerando uma hierarquia de ação. Os projetos mais importantes na hierarquia serão considerados prioritários para o desenvolvimento da região.

Potencialidades

- Existência de uma rede de equipamentos de educação;
 - Presença de entidades educacionais profissionalizantes (universidades, centros tecnológicos, liceus, escolas agrotécnicas e técnicas);
 - Universalização do Ensino Fundamental;
 - Presença de meios de comunicação de massa, como jornais e emissoras de rádio;
 - Bibliotecas públicas;
 - Atuação das pastorais da criança, do idoso, carcerária e da APAE/Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
 - Eventos culturais consolidados, como festas típicas da região, forrós, festas de padroeiros, quadrilhas, entres outras;
 - Produção artesanal;
 - Expressivo número de entidades representativas;
 - Rede viária que interliga a região a outras regiões;
 - Disponibilidade elétrica em toda a região;
 - Posição espacial relativa favorável (equidistância de grandes centros);
 - Acessibilidade favorável inter e intra-municipal, e regional;
 - Ambiente favorável à fruticultura;
 - Vinculação tradicional da população com produção agropecuária;
 - Setor de comércio e serviços desenvolvido e embrião de setor industrial;
 - Potencial turístico;
 - Centro Histórico de Icó;
 - Açudes Orós, Lima Campos e Trussu;
 - Perímetro Irrigado Icó - Lima Campos
- No plano do ambiente externo, os fatores identificados foram:
- Política Estadual de Desenvolvimento Regional, em processo de implementação;
 - Política Estadual de Desenvolvimento Econômico, que favorece a implantação de empresas em regiões mais distantes da capital;
 - Existência de instrumentos de gestão compartilhada;
 - Crescimento do mercado turístico;
 - Mercado potencial para produção de biodiesel;
 - Mercado potencial de carne e outros derivados da ovinocaprinocultura;
 - Mercado de fruticultura irrigada em expansão, com crescimento razoável e sustentado;
 - Novas tecnologias de transporte e informação/conhecimento;
 - Infra-estrutura portuária favorável à exportação, como os portos do Pecém e do Mucuripe, e o aeroporto de Juazeiro do Norte;
 - Projeto de transposição dos rios São Francisco e Tocantins.

Análise de Resultados

Analisando os resultados obtidos pelo preenchimento da matriz SWOT, pode-se observar algumas evidências importantes. Em primeiro lugar, é fácil perceber que o setor mais denso, em termos de relacionamentos positivos, é o primeiro quadrante, exatamente aquele que indica as maiores potencialidades para o desenvolvimento econômico. Pode-se prever, portanto, claras possibilidades de deslançar um processo de estruturação produtiva diversificada para a região.

A segunda observação a ser feita, a partir das informações constantes da matriz, diz respeito à forma que deverá tomar esse processo o qual irá alimentar um outro,

ligado ao fortalecimento da base exportadora regional, formada pelas atividades que permitem o relacionamento da região com o resto do mundo. Percebe-se, claramente, que as oportunidades que se abrem à região dizem respeito a potenciais de mercado (turismo, fruticultura, ovinocaprinocultura, biodiesel), a políticas disponíveis em nível estadual e nacional, e a fatos marcantes de facilidade de transportes e comunicações. Todas essas oportunidades ligam-se a pontos fortes regionais como disponibilidade hídrica, potenciais agrícolas, existência de infra-estruturas e potencialidade de treinamento de mão-de-obra.

		PONTOS FORTES								PONTOS FRACOS										
		Disponibilidade hídrica	Infra-estrutura elétrica e rodoviária	Potencial turístico - ecoturismo/cultural	Vinculação da população com o setor produtivo	Qualidade de solo/horas de insolação	Sector comércio e serviços desenvolvido em âmbito do setor industrial	Ambiente favorável a fruticultura	Universalização do ensino fundamental	Existência de uma rede de equipamentos de educação	Balanco solo e água da região inadequado	Forte processo de degradação ambiental	Processo produtivo desarticulado e pouco diversificado	Estrutura Fundiária Inadequada	Tecnologias adaptadas/adequadas ao semi-árido não são adotadas em larga escala	Baixa atratividade para atividades industriais	Fragil identidade regional	Políticas sociais voltadas para o atendimento a grupos vulneráveis de reduzido impacto social	Atendimento insatisfatório dos serviços de saúde	Baixa qualidade do ensino ofertado
OPORTUNIDADES	Crescimento do Mercado turístico	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	mercado potencial para fruticultura e ovinocaprinocultura e biodiesel	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Política estadual de desenvolvimento regional	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Atual política de incentivos fiscais do governo estadual em favorecer empresas distante da capital	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Novas tecnologias de Transportes, informação e conhecimento	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Previsão da transposição das águas do São Francisco e/ou Tocantins	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Infra-estrutura portuária favorável à exportação: Pecém, Mucuripe e Aeroporto de Juazeiro do Norte	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Existência de instância de gestão compartilhada	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
AMEAÇAS	Má distribuição intra-anual da pluviometria	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Conjuntura econômica recessiva/ modelo econômico concentrador de renda	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Risco de descontinuidade administrativa das ações planejadas	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Concorrência da RMF e do eixo Crato, Juazeiro e Barbalha (CRAJUBAR)	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange
	Concorrência de outras regiões onde se pratica a agricultura irrigada em alta escala	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange	Orange

Diretrizes Estratégicas

Dimensão Econômica

O desenvolvimento regional depende, sobretudo, da estruturação produtiva, levando em conta três aspectos relevantes: a existência de atividades básicas que definem a inserção da região no espaço mais amplo do País e do mundo; uma trama de atividades produtoras de bens intermediários para o mercado regional que dá o adensamento produtivo à região; e um conjunto de atividades produtoras de bens finais para o mercado regional que permite o abastecimento do consumo da população, ao mesmo tempo em que projeta efeitos multiplicadores importantes no circuito regional.

Com base nessa análise, é possível definir um conjunto de diretrizes estratégicas que permitirão a proposição de ações concretas de intervenção para o estabelecimento de um processo de crescimento regional, baseado nas potencialidades da região e levando em conta as oportunidades que se abrem à produção.

Nesse sentido, quatro grandes eixos estratégicos podem ser vislumbrados:

- Fortalecimento de uma base de exportação regional, através da estruturação/reestruturação da produção primária e do incentivo à atividade turística nos açudes e sítios históricos da região;
- Fortalecimento das atividades produtoras de bens finais para o mercado regional, através do suporte a elas, reduzindo as fugas de renda provocadas pelas compras em outras praças e levando em consideração a hierarquia desses tipos de bens com relação à rede de cidades;
- Incentivo à formação de APL/Arranjos Produtivos Locais ligados à base exportadora e às atividades finais para o mercado regional, a fim de ampliar a produção regional, através do alongamento e diversificação das cadeias produtivas que formam as conexões inter-setoriais na região;

- Desenvolvimento de uma capacidade inovadora adaptada às necessidades regionais, pelo aproveitamento da posição espacial relativa da região e com vistas à criação de um centro de ensino médio acoplado a um processo de pesquisa e de incubação de microempresas ligadas à base exportadora e aos APL.

O objetivo geral do primeiro eixo estratégico é permitir o início de uma nova fase de expansão econômica regional baseada nas vocações econômicas locais e na procura de novas vocações regionais. O segundo eixo é importante para maximizar os efeitos multiplicadores pelo consumo dentro da região, evitando que processos significativos de fuga de renda interfiram no dinamismo da economia local. O terceiro eixo deverá permitir um adensamento da estrutura produtiva regional, levando ao alongamento das cadeias produtivas e ao adensamento do conjunto de atividades intermediárias de mercado regional que constituem, em última análise, o ponto central do processo de crescimento regional. O quarto eixo foi concebido como eixo complementar e de conexão entre os três primeiros, dando as bases de atualização tecnológica e de formação de mão-de-obra nos processos que deverão se implantar no atendimento, principalmente, das duas primeiras diretrizes, diretamente ligadas à estruturação do processo produtivo.

Dimensão Sócio-Cultural

O desenvolvimento sustentável da região requer o aprofundamento das políticas governamentais voltadas para a implantação de programas de capacitação de recursos humanos, de erradicação do analfabetismo, de estímulo ao empreendedorismo, de reestruturação urbana e de saneamento básico, universalização dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de drenagem e de limpeza pública que resultem em melhorias de condições de

vida e, na potencialização das oportunidades de trabalho, possibilitando assim, o aumento de geração de emprego e renda para a população. Neste sentido, a universalização e a melhoria da qualidade dos serviços públicos sociais representam o eixo estratégico básico, que objetiva:

- Promover a qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver ações intersetoriais de promoção de saúde integrando geração de renda, habitação e saneamento;
- Promover a capacitação e a qualificação profissional da população;
- Assegurar a melhoria dos serviços e infraestrutura da segurança pública.

Dimensão Político-Institucional

Esta dimensão constitui-se como uma das mais relevantes para consolidar uma identidade regional, pois é um desafio que requer, principalmente, o desenvolvimento de novas práticas político-institucionais.

É necessário estimular a criação de consórcios municipais, a integração e articulação entre os municípios e os diversos agentes que intervêm no desenvolvimento da região, estimulando a comunicação e a participação. As políticas governamentais de desenvolvimento regional, de mobilização e integração social e de incentivo à desconcentração espacial serão, portanto, fundamentais para romper as barreiras que limitam o fortalecimento da região.

A sustentabilidade desse processo precisa de instrumentos de gestão compartilhada como a ADR/Agência de Desenvolvimento Regional do Centro Sul/Vale do Salgado, dotada do poder de operar os canais pró-ativos de diálogo com os diversos níveis de governo, com o setor privado, com as organizações da sociedade civil e conselhos setoriais, como forma de viabilizar a governabilidade e garantir a participação social nas ações e projetos regionais. Isto significa dar poder a ADR e fortalecer a organização da sociedade civil, como um todo, sensibilizando,

mobilizando e capacitando lideranças para vencer os desafios do desenvolvimento sustentável.

Os eixos estratégicos na dimensão político-institucional são:

- Fortalecer as instâncias organizativas da sociedade civil;
- Articular e integrar as políticas públicas, em nível federal, estadual e municipal, com a iniciativa privada que atua na região;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Regional.

Dimensão Físico-Territorial e Ambiental

O desenvolvimento sustentável só será realidade com a consolidação da região com mais qualidade ambiental. Desta forma, a educação ambiental desempenha importante papel na conservação da biodiversidade. Por meio de ações educativas, as comunidades locais podem descobrir que o uso sustentável dos recursos e a existência de unidades de conservação representam possibilidades de melhoria da qualidade de vida, fonte de subsistência e de renda. Portanto, um dos principais desafios será o de induzir o desenvolvimento regional e a diversificação da matriz produtiva de forma a gerar emprego e renda, além de incorporar modelos ecológicos de exploração da natureza.

Para tanto, foram definidos os seguintes eixos norteadores dessa estratégia:

- Criação e/ou fortalecimento dos órgãos municipais de meio ambiente para gestão das unidades de conservação e o manejo da biodiversidade, garantindo participação popular e instâncias de caráter regional, como os consórcios intermunicipais;
- Incentivo ao ecoturismo e ao turismo cultural;
- Geração e difusão de tecnologias de produção adequadas à região;
- Ampliação e cobertura da infra-estrutura física e de saneamento básico.

Infra-estrutura e Comunicações



- SEDES MUNICIPAIS
- RECURSOS HÍDRICOS
- VIA FÉRREA
- RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS
- Rede de Fibra Ótica
- Subestação de energia elétrica
- Futura Subestação de Energia Elétrica
- Número de Telefones Instalados
- Emissora de Rádio
- Terminais Rodoviários
- Aeroporto
- Agência de Correios e Telégrafos
- Provedor de Internet

Estruturação do Espaço Regional

No Ceará, o município de Fortaleza e a sua Região Metropolitana reúnem fortes elementos de atração populacional. Cerca de 45% da população do Estado vive em Fortaleza e no seu entorno, percentual que se traduz numa configuração espacial altamente concentrada e numa desigualdade entre esta região e o interior do Estado.

O segundo mais importante pólo dentro do Estado é o município de Juazeiro do Norte, na região do Cariri. Situado em região eqüidistante das aglomerações urbanas de Fortaleza e Recife, mantém com elas estreitas relações em fluxos de bens e serviços, desenvolvendo importante função de entreposto comercial.

Além das regiões acima citadas existem ainda, as do Vale do Acaraú (Sobral), a do Baixo Jaguaribe (Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas), a do Sertão Central (Quixadá e Quixeramobim), do Maciço de Baturité (Baturité), do Vale do Coreaú (Camocim), da Ibiapaba (Tinguá), além da região Centro Sul/Vale do Salgado (Iguatu). Estas áreas estão sendo estrategicamente priorizadas no que se refere aos investimentos governamentais, com o intuito de promover o desenvolvimento do interior do Estado, reduzindo a pobreza na zona rural e descentralizando as atividades econômicas.

Nesse contexto, a região Centro Sul/Vale do Salgado está estrategicamente situada, relativamente distante de Fortaleza e central em relação ao Cariri e ao Baixo Jaguaribe. Essa localização permite o fortalecimento de todo o setor leste do Estado através da formação de um eixo decorrente da articulação entre essas três regiões (Centro Sul/Vale do Salgado, Cariri e Baixo Jaguaribe). Paralelamente, o afastamento da região em relação à capital do Ceará, região concorrente, permite que ela possa expandir sua área de mercado mais livremente, abrangendo porções territoriais mais ao norte.

Conseqüentemente, em termos de posição espacial relativa no Estado, a região Centro Sul/Vale do Salgado, tem localização privilegiada na medida em que não chega a sofrer fortemente a concorrência das demais cidades secundárias do Estado, ao mesmo tempo em que tem um padrão de acessibilidade considerado bom, tanto com relação ao Estado como ao restante do País.

Dois fatores importantes para definir as características do espaço e, conseqüentemente da região, são a homogeneidade e a polarização. A homogeneidade é definida a partir do estudo de uma ou mais variáveis procurando determinar as semelhanças entre partes de um determinado território. Já a polarização é um fenômeno, pela sua essência, heterogêneo, sendo oriundo de um conjunto de relacionamentos de diversas ordens presentes em determinadas porções territoriais.

Os resultados obtidos para a região Centro Sul/Vale do Salgado no que diz respeito a estes atributos, permitem observar que, em ambos os casos, o município de Iguatu aparece como o mais importante, ocupando o ponto mais elevado da hierarquia urbana em termos de polarização e os valores mais significativos para o conjunto de variáveis, objeto de análise de *cluster*, que definiram o grau diferenciado de homogeneidade. A não ser por essa coincidência, os demais resultados colocam os diversos municípios em posições diferentes ou mesmo antagônicas entre si. É o caso, por exemplo, dos municípios de Umari, Baixo e Ipaumirim que aparecem em níveis mais baixos da hierarquia polarizada, mas assumindo valores significativos em termos de homogeneidade, a ponto de ocupar o segundo e o terceiro níveis nesse atributo. Longe de ser um problema, esse resultado mostra que esses três municípios têm potencialidades próprias e independentes.

Por outro lado, quando se observa o mapeamento da polarização que reflete, em grande parte, uma centralidade relativa, percebe-se o elevado grau de estruturação geográfica da região pela presença de pólos importantes e especialmente bem distribuídos, acompanhando, de um lado, as linhas de conectividade interna e a evolução histórica da região, de outro.

Os três centros regionais são Iguatu, Acopiara e Icó. O primeiro firma-se como o principal centro regional em todos os sentidos, aparecendo mesmo como um pólo industrial em formação. Acopiara complementa Iguatu, principalmente pela sua posição favorável em termos de conectividade com o restante do território cearense. Já Icó, depois de aparecer como importante entreposto comercial estruturador do comércio do gado e do algodão, permanece ainda hoje como um centro urbano importante da região, tanto pela sua herança histórica, ainda presente na sua arquitetura, como pela sua posição espacial às margens da BR-116, que é uma importante ligação da região com o restante do País.

O conjunto de centros que se seguem na hierarquia regional Cedro, Várzea Alegre, Lavras da Mangabeira, Jucás, Cariús, Orós e Quixelô complementam a rede urbana da região, dando-lhe a uma certa coerência em termos espaciais. Finalmente, como pode ser facilmente verificado, os quatro últimos centros Baixio, Ipaumirim, Umari e Saboeiro, seja pelo seu pequeno porte, seja pela distância dos centros maiores, ainda carecem de uma melhor integração em termos regionais.

Ainda sob o ponto de vista da estruturação geográfica, o mesmo mapa da polarização mostra a significância das vias de transporte (rodovias e ferrovias), que cortam toda a região em diversos sentidos, permitindo uma ampliação adequada da acessibilidade interna.

Finalmente, completando a disponibilidade de infra-estrutura e ainda sob o ponto de vista da estruturação geográfica, verifica-se

que a região é bem servida de energia elétrica e tem condições adequadas de comunicação, que passam por disponibilidades de meios de transportes, telefones instalados, emissores de rádio, provedores de Internet, correio e até um aeroporto para aviões médios.

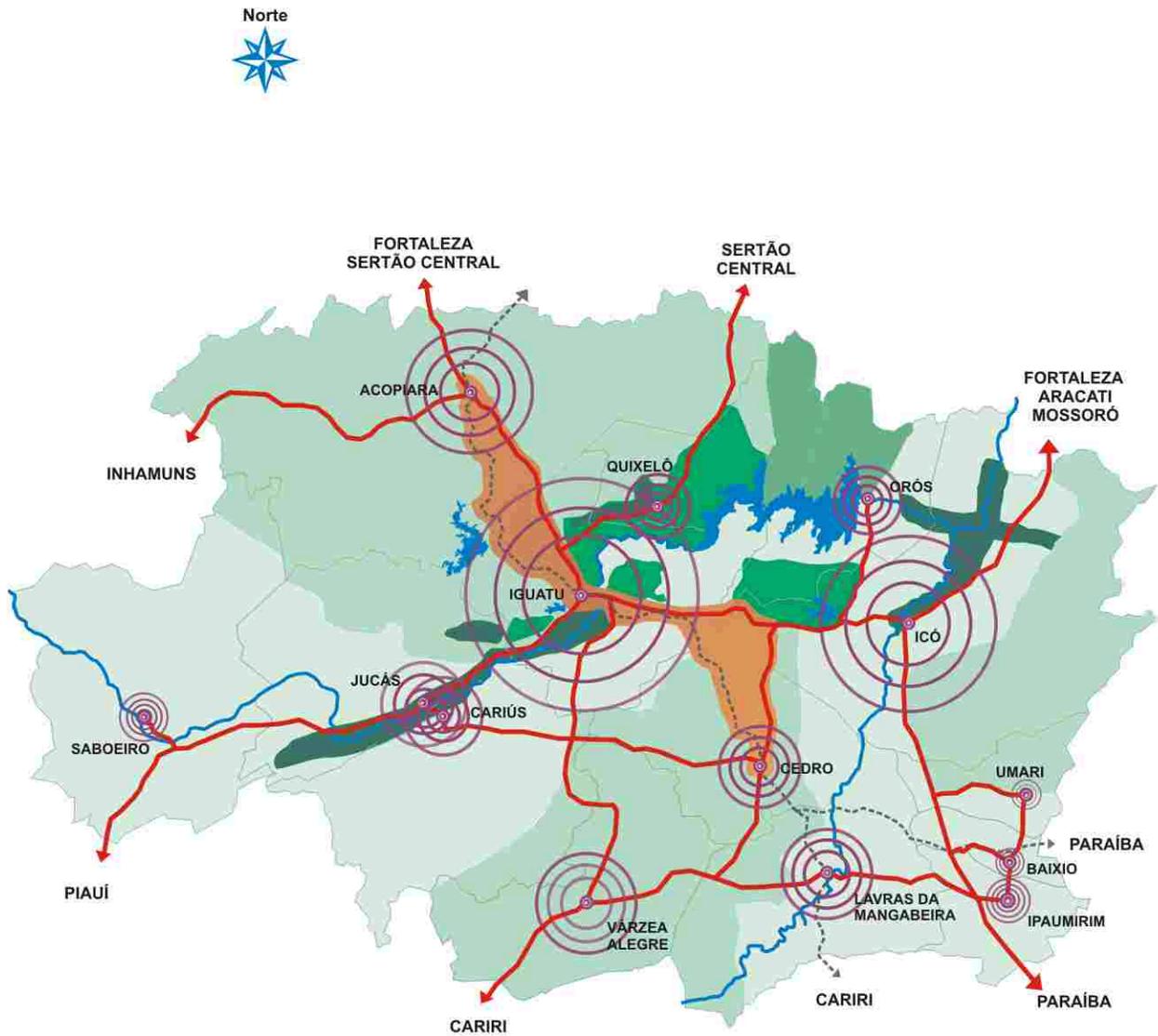
Do ponto de vista geográfico, a Região Centro Sul/Vale do Salgado encontra-se adequadamente estruturada, mas o mesmo não acontece em relação à estruturação da produção. Os aspectos geográficos descritos anteriormente têm por base, em grande parte, a estruturação produtiva que prevaleceu até os anos recentes, quando se aprofundou a crise do algodão que vinha sendo o sustentáculo da produção regional.

Nos dias atuais, à medida que a cultura do algodão perde importância, a produção se desorganiza e as forças produtivas regionais procuram soluções, nem sempre adequadas, às disponibilidades de fatores, como o caso do arroz que, apesar de estar sendo produzido localmente, é inadequado às condições do semi-árido. Como resultado, prevê-se um aprofundamento dessa situação, com quedas cada vez mais acentuadas nas condições de vida da população.

Mesmo nesta situação adversa, percebe-se a permanência de elementos decisivos de uma futura reestruturação produtiva. Em primeiro lugar, a região é bem servida de agências bancárias, muito embora a maioria seja de bancos oficiais. E confirmando um padrão já observado anteriormente, percebe-se uma concentração desses estabelecimentos na cidade de Iguatu.

Este mesmo padrão também pode ser constatado para as atividades produtivas, sejam elas industriais, agrícolas ou de serviços. Nota-se uma concentração geral das atividades no eixo Acopiara, Iguatu, Icó/Cedro, sendo que a ocorrência industrial praticamente restringe-se aos primeiros municípios e a Cedro. Por outro lado, o comércio está mais presente em Acopiara, Iguatu e Icó, sendo que a rede atacadista concentra-se nestes dois últimos centros.

Espacialização dos Eixos Industriais



Conseqüentemente, tem-se um conjunto de atividades que estruturam o espaço regional de três formas. Inicialmente, desempenham importante papel na ampliação da base econômica regional. Adicionalmente, por ocuparem grandes espaços fortalecem cidades que desempenhem funções de lugares centrais, cuja funcionalidade está ligada ao comércio de insumos e produtos e à oferta de serviços. Finalmente, ao suprir a oferta de produtos agrícolas passíveis de serem transformados, criam-se as condições de uma estruturação produtiva posterior, através da formação de arranjos produtivos locais, significando a ampliação das atividades intermediárias para o mercado regional, que assumem papel importante no processo de desenvolvimento.

Os projetos de irrigação situam-se nas proximidades dos açudes, mas também de alguns centros urbanos como Iguatu e Quixelô, podendo-se prever igualmente o seu relevante papel no suprimento do mercado local com produtos hortifrutigranjeiros. A pecuária extensiva deverá ocupar um espaço ao norte do açude Orós, na direção do Sertão Central. As culturas consorciadas de sequeiro e a ovinocaprinocultura espalham-se por uma grande área em toda a região, de acordo com as potencialidades identificadas para essas áreas.

As propostas para o setor industrial, seja de implantação de agroindústrias, com destaque para as situações vinculadas a fruticultura e correlatas, ou de complementação de arranjos produtivos, deverão causar impactos positivos na região de forma estruturante. Com base na atual ocorrência de indústrias, concentrada especialmente nos municípios de Acopiara, Iguatu e Cedro, e levando em consideração a disponibilidade de infra-estrutura de transporte (rodoviário e ferroviário) pode-se identificar um eixo prioritário de implantação industrial que ocupa um espaço que abrange essas três cidades, localizando-se entre a via férrea e a rodovia. A cidade de Iguatu, sem dúvida a mais industrializada da região, ocupa

o ponto central desse eixo deixando para Cedro e Acopiara as suas duas extremidades.

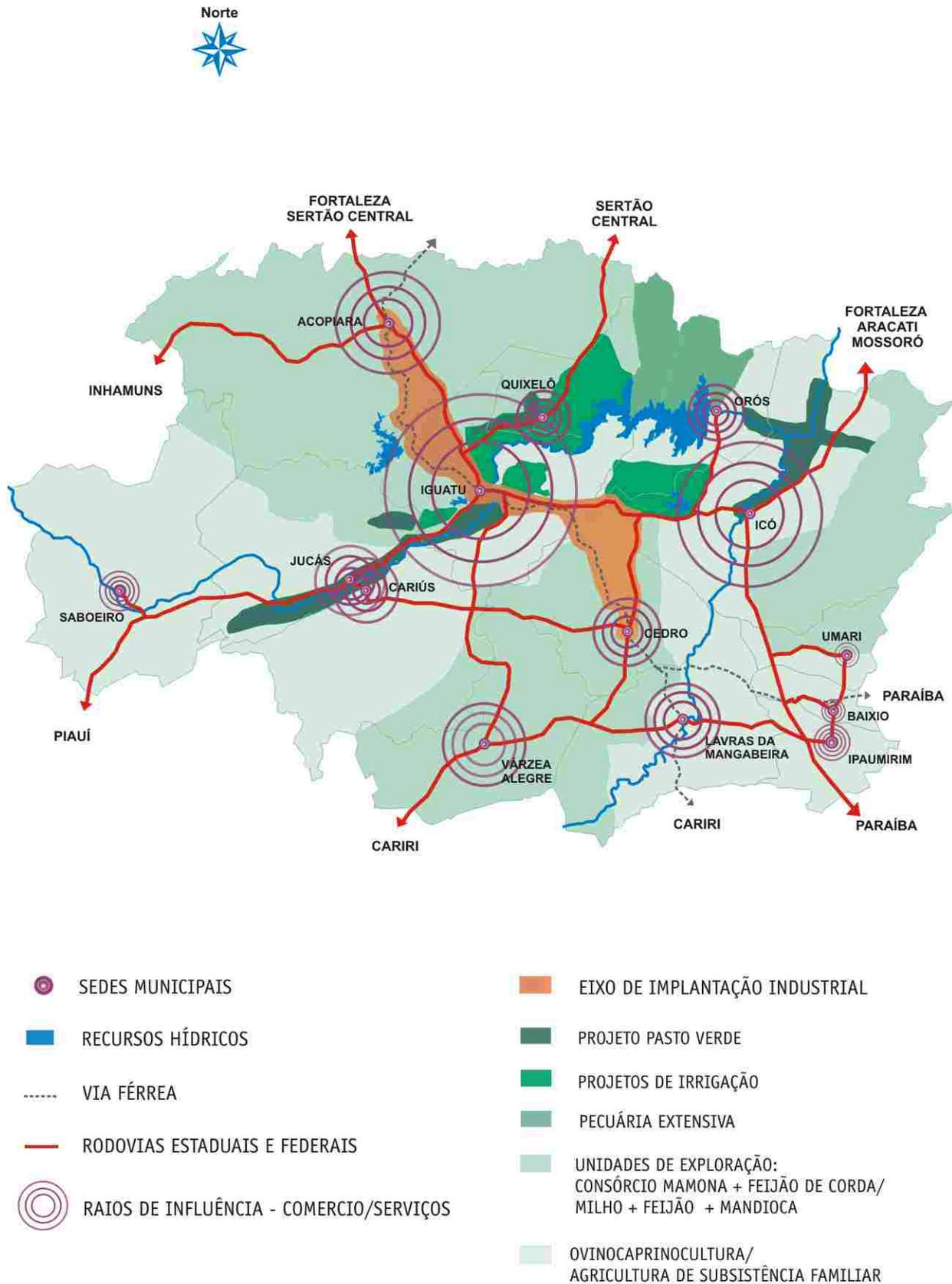
Vale ressaltar o papel mais complexo de Cedro e a possibilidade de ali se instalar o Centro Regional de Desenvolvimento Tecnológico proposto para a região, sem considerar, ainda, algumas vantagens adicionais.

Completando o conjunto de projetos produtivos estruturadores da região, pretende-se aproveitar as potencialidades turísticas da cidade de Icó, com seu conjunto arquitetônico, e de Orós, pela proximidade com o açude, para definir um eixo turístico. Este eixo está espacialmente favorecido pelo acesso através da BR-116, a partir de Fortaleza e de Juazeiro do Norte.

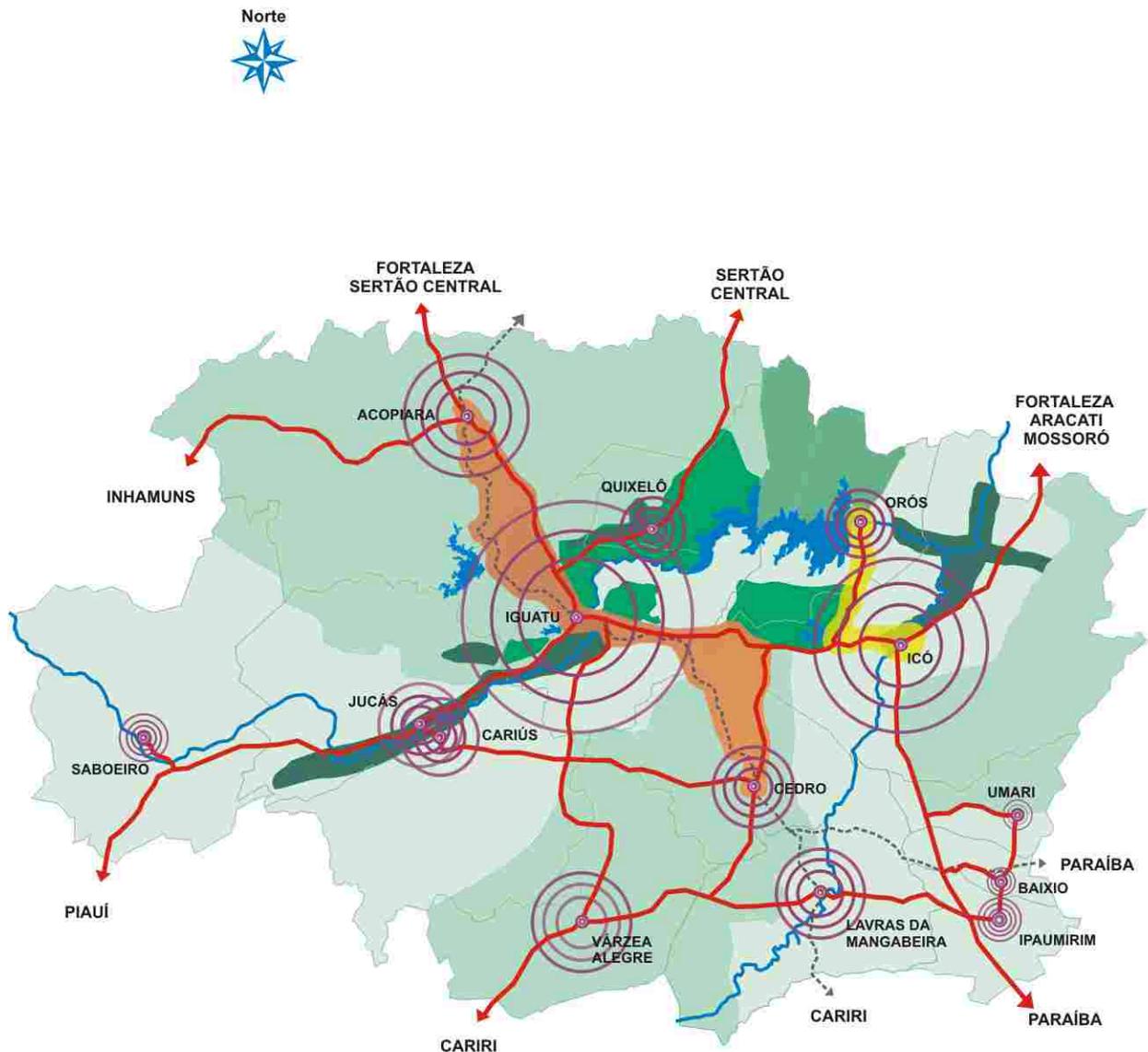
O processo de “remontagem” da região permite perceber o seu futuro. O ponto central da região é a cidade de Iguatu, centro secundário no espaço cearense e com ligação com o centro primaz (Fortaleza), mas estabelecendo relações importantes com os demais centros secundários e, especialmente, com a região do Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha), ao sul, e o complexo Limoeiro do Norte/Russas/Morada Nova, mais ao norte.

Internamente, a região deverá se estruturar através da sua rede de cidades com funções diferenciadas e complementares. Juntamente com Iguatu, Acopiara e Cedro, deverão formar um eixo preferencial de implantação industrial, suficientemente amplo para comportar um diversificado número de unidades produtivas, mas relativamente restrito a fim de não perder os efeitos das economias de aglomeração e de escala. Razoável parcela da base exportadora de região deverá estar aí localizada.

Espacialização dos Eixos Industriais



Espacialização do Eixo Turístico



-  SEDES MUNICIPAIS
-  RECURSOS HÍDRICOS
-  VIA FÉRREA
-  RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS
-  RAIOS DE INFLUÊNCIA - COMERCIO/SERVIÇOS
-  EIXO TURÍSTICO
-  EIXO DE IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL
-  PROJETO PASTO VERDE
-  PROJETOS DE IRRIGAÇÃO
-  PECUÁRIA EXTENSIVA
-  UNIDADES DE EXPLORAÇÃO:
CONSÓRCIO MAMONA + FEIJÃO DE CORDA/
MILHO + FEIJÃO + MANDIOCA
-  OVINOCAPRINOCULTURA/
AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA FAMILIAR

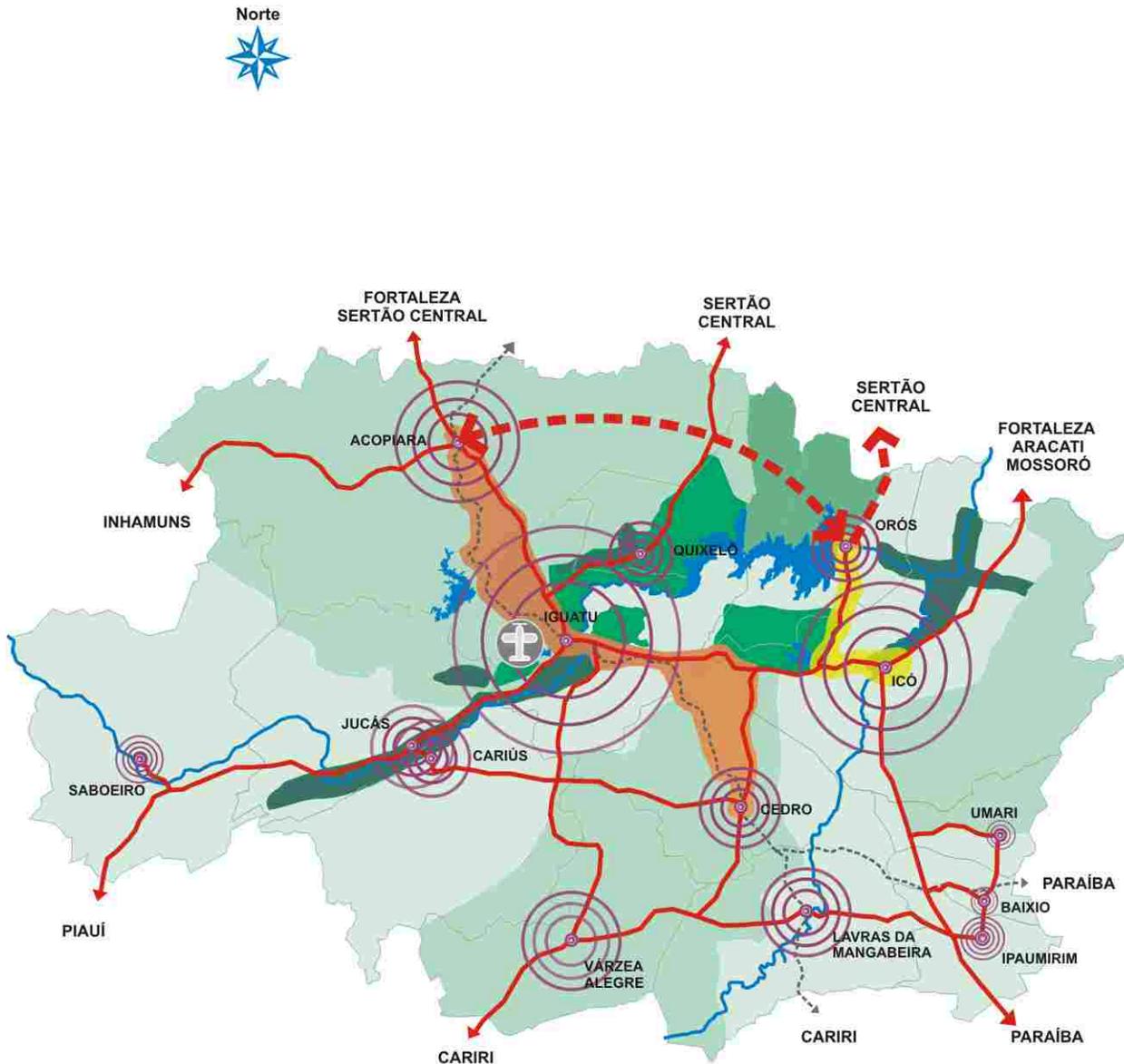
Mais a leste, o complexo turístico formado pelas cidades de Icó e Orós amplia a conformação dessa base exportadora. A posição espacial favorável da cidade de Icó, às margens da BR-116, permite a conexão da região com porções significativas do território nacional, abrindo perspectivas para a evolução desta cidade na direção da implantação de um importante centro cultural.

As cidades de Quixelô, Jucás e Cariús, além do apoio direto à metrópole regional pela proximidade, constituem-se em centros de suporte à agricultura irrigada e à atividade pecuária utilizadora dos pastos verdes às margens do rio Jaguaribe.

As cidades de Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira, além de pontos importantes de comunicação com a região do Cariri, constituem-se em lugares centrais de apoio às regiões agrícolas que os rodeiam e que deverão especializar-se em culturas de sequeiro e na ovinocaprinocultura, que também fazem parte da projetada base de exportação regional.

Finalmente, os municípios de Saboeiro, Umari, Baixio e Ipaumirim, centros urbanos de pequeno porte, com abrangência local, além de darem suporte às áreas agrícolas que os rodeiam, complementam as funções dos centros maiores.

Novas Ligações Viárias e Ampliação do Aeroporto



- | | | | |
|--|---|--|---|
| | SEDES MUNICIPAIS | | EIXO TURÍSTICO |
| | RECURSOS HÍDRICOS | | EIXO DE IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL |
| | VIA FÉRREA | | PROJETO PASTO VERDE |
| | RODOVIAS ESTADUAIS E FEDERAIS | | PROJETOS DE IRRIGAÇÃO |
| | RAIOS DE INFLUÊNCIA - COMERCIO/SERVIÇOS | | PECUÁRIA EXTENSIVA |
| | AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DE IGUATU | | UNIDADES DE EXPLORAÇÃO:
CONSÓRCIO MAMONA + FEIJÃO DE CORDA/
MILHO + FEIJÃO + MANDIOCA |
| | CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS | | OVINOCAPRINOCULTURA/
AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA FAMILIAR |

AS PROPOSIÇÕES

Programas e Projetos Estruturantes Regionais

Nos eventos de planejamento participativo durante o processo de elaboração do PDR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO, foram sugeridos os projetos mais adequados ao desenvolvimento regional em curto, médio e longo prazo. Noventa e um projetos foram indicados, os quais foram submetidos a um processo de avaliação participativo para estabelecimento de um *ranking* capaz de proporcionar a escolha de dez projetos de natureza regional estruturante, que serão âncoras e em torno das quais os outros projetos serão incorporados a partir de afinidades e estratégias de desenvolvimento. Todos os projetos estão articulados e integrados aos eixos estratégicos do PDR e foram hierarquizados com base nos seguintes critérios:

- Capacidade de promover o desenvolvimento sustentável na região;
- Capacidade do projeto em proporcionar sustentabilidade estrutural à região;
- Viabilidade técnica e financeira.

Esses três macro-critérios compõem um primeiro nível hierárquico das características a serem observados nos projetos propostos e abrem-se em 15 critérios mais específicos, que foram submetidos à comunidade:

- Contribuição à base exportadora da região;
- Custo/benefício;
- Geração de impostos;
- Baixos níveis de poluição e degradação;
- Baixos custos mitigatórios;
- Geração de emprego e renda;
- Qualidade de vida (saúde, educação e lazer);
- Abrangência regional;
- Estruturação regional;
- Confiabilidade técnico-operacional;
- Confiabilidade mercadológica;
- Perfil do investimento;
- Perfil de baixo risco;
- Perspectiva de lucro do setor;
- Vantagens comparativas.

OS DEZ PROJETOS PRIORITÁRIOS

- **Projeto Centro de Regional de Desenvolvimento Tecnológico**
 - Capacitação e qualificação profissional da população;
 - Fortalecimento de um centro de ensino profissionalizante para implementar pesquisas agropecuárias de caráter tecnológico - CVT/Centro Vocacional Tecnológico, Escolas Agrotécnicas, CENTEC/Instituto Centro de Ensino Tecnológico, com relação estreita com a ovinocaprinocultura; piscicultura e pesca; fruticultura irrigada.
- **Projeto de Saneamento Básico**
 - Consórcio para criação de uma usina de reciclagem de lixo regional;
 - Consórcio para criação de aterros sanitários;
 - Sistema de Água e Esgoto.
- **Projeto de Reestruturação dos Hospitais Regionais**
 - Ampliação e dinamização dos Hospitais Regionais de Saúde;
 - Capacitação dos profissionais de saúde para a assistência humanizada.
- **Projeto de Desenvolvimento da Cultura Regional**
 - Preservação do Patrimônio Cultural;
 - Incentivo à produção cultural regional;
 - Incentivo às produções e comercialização do artesanato;
 - Incentivo ao ecoturismo.
- **Projeto de Incentivo à Ovinocaprinocultura**
 - Instalação de frigoríficos e laticínios para processamento da produção da ovinocaprinocultura, como embrião de arranjo produtivo para o setor;
 - Lançar um embrião de um arranjo produtivo para o setor, através da construção de *Packing House*.
- **Projeto de Ordenamento do Uso dos Açudes**
 - Lançar um embrião de um arranjo produtivo para a setor pesqueiro, através da construção de *Packing House*;
 - Proposição de zoneamento nos açudes com vistas ao ordenamento do seu múltiplo uso (piscicultura, pesca esportiva, irrigação e lazer);
 - Propor a localização de distribuidor de pescados na região como forma de fortalecer o arranjo produtivo para a piscicultura;
 - Incentivo ao ecoturismo.
- **Projeto de Incentivo à Fruticultura Irrigada**
 - Incentivo à fruticultura irrigada e modernização dos perímetros irrigados;
 - Incentivo à fruticultura de exportação *in natura* e de produtos derivados (sucos, polpa e frutas secas), com incorporação de programa de qualidade total como elemento viabilizador;
 - Lançar um embrião de um arranjo produtivo para o setor, através da construção de *Packing House*;
 - A modernização dos perímetros irrigados, Icó-Lima Campos, têm como principais objetivos: dotar estas situações de maior qualificação da infraestrutura de irrigação compatível com os modernos métodos vigentes e possibilitar maior diversidade de cultivos de acordo com as demandas dos mercados nacional e internacional;
 - A captação de recursos pode se dar no Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Agricultura Irrigada, do Programa de Consolidação dos Agropólos e dos Caminhos de Israel, assim como nas novas versões ora em desenvolvimento no Banco do Nordeste do Brasil.

- **Projeto de Ampliação do Aeroporto Regional do Iguatu**
- **Projeto de Ampliação do Sistema Rodoviário Regional**
 - Ligação rodoviária de Orós-Sertão Central;
 - Ligação rodoviária de Orós-Acopiara;
- **Projeto de Logística Regional**
 - Recuperação do transporte intermodal (rodovias/ferrovias), com a recuperação da malha ferroviária, com vistas ao escoamento da produção regional, na nova situação de desenvolvimento.

Os projetos prioritários apresentam um conjunto de propostas abrangentes, onde se pode observar o atendimento dos seguintes aspectos:

- Desenvolvimento da base produtiva local, com foco em uma base exportadora diversificada;
- Infra-estruturas básicas de caráter regional que estimulam a acessibilidade e a integração regional, servindo de suporte à consolidação das atividades econômicas, além de gerar melhor qualidade de vida aos moradores da região;
- Distribuição espacial dos projetos de forma a se obter efeitos que abrangem praticamente toda a região.

Estratégias de Implementação

As estratégias de implementação do PDR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO/Plano de Desenvolvimento Regional do Centro Sul/Vale do Salgado têm como objetivo orientar o Governo do Estado, as prefeituras municipais e o Conselho de Desenvolvimento Regional, bem como outras instâncias de envolvimento da comunidade, visando:

- A estruturação das normas, procedimentos e ações requeridas para as operações de implantação do PDR;
- A condução compartilhada do desenvolvimento da região em consonância com a nova política de ordenamento espacial e territorial do Estado;
- A promoção do desenvolvimento sustentável e a conseqüente melhoria da qualidade de vida para a população da região e do Estado.

A fase de implementação das estratégias corresponde ao coroamento dos esforços do Governo do Estado, dos governos municipais e das lideranças comunitárias no sentido de efetivar os resultados alcançados, em termos de propostas socio-econômicas, culturais, ambientais, político-institucionais e de ordenamento territorial da região Centro Sul/Vale do Salgado.

Como a região não é um ente administrativo, sua constituição político-institucional precisa de um acordo que envolva a comunidade, o Governo do Estado e os governos municipais em torno de um instrumento de natureza técnica, o PDR, e outro de natureza política-institucional, o Conselho de Desenvolvimento Regional.

A operação combinada destes dois instrumentos tem como objetivos:

- Sensibilizar, mobilizar e envolver as instâncias governamentais e da comunidade para a prática do planejamento participativo e da gestão compartilhada;
- Capacitar a população para o exercício da cidadania como prática pró-ativa de

reivindicação e participação nas ações de otimização das potencialidades e superação das dificuldades que restringem o desenvolvimento regional;

- Contribuir para a implantação de novos padrões de planejamento e gestão municipais, que visem a busca permanente de melhoria dos indicadores sócio-econômicos e alternativas de financiamento do desenvolvimento local;
- Contribuir para o enraizamento da prática da cooperação entre os governos municipais em torno de um conjunto mínimo de projetos com impactos regionais, públicos e/ou privados;
- Participar do acompanhamento, avaliação de desempenho e revisão do PDR;
- Orientar os poderes Legislativo e Executivo estadual e municipais, quanto à forma de equacionar os conflitos de interesses gerados a partir da implantação de regras e normas públicas, com implicações econômicas sob o estatuto da propriedade privada e dos direitos e obrigações, no âmbito privado e do convívio público;
- Divulgar, de maneira ampla, o significado do PDR, suas ações e projetos, bem como os direitos e deveres que advirão da implementação do mesmo;
- Propiciar condições para o controle social do planejamento e da gestão pública, principalmente quanto às relações entre os ambientes construído e natural;

O sucesso das estratégias para transformar o presente da região Centro Sul/Vale do Salgado ao da visão de futuro depende, em boa parte, da capacidade de sinergia dos seus sujeitos políticos e sociais para mobilizarem e viabilizarem os instrumentos e ações definidas nos projetos que compõem o PDR, criando condições objetivas de implementação das estratégias.

Estratégias Político-Institucionais

- Criação da ADR/Agência de Desenvolvimento Regional que deverá se constituir juridicamente como uma OSCIP/ Organização Social de Interesse Público, formado por entidades de porte regional que compõem a sociedade civil do Centro Sul/Vale do Salgado;
- Criação de um FDR/Fundo de Desenvolvimento Regional, gerenciado pela ADR, com o objetivo de captar recursos destinados ao financiamento das atividades econômicas e dos projetos públicos voltados para garantir a infraestrutura de suporte ao crescimento socioeconômico local e regional;
- Fortalecimento institucional da SCLR/ Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, como órgão de articulação, planejamento e gestão do espaço territorial do Estado do Ceará;
- Fortalecimento institucional das Prefeituras Municipais da região com base nas estratégias, ações e projetos que compõem o PDR, de modo que se viabilize, de forma ativa, a cooperação entre as forças políticas e sociais no sentido do desenvolvimento regional;
- Adequação funcional da estrutura de planejamento e gestão das prefeituras municipais às dimensões locais e regional;
- Adequação funcional e treinamento do corpo técnico das prefeituras municipais para participar de um programa de desenvolvimento regional que envolve atividades de planejamento, acompanhamento e fiscalização e respectivas rotinas administrativas a serem implementadas;
- Fortalecimento do Pacto de Cooperação da região Centro Sul/Vale do Salgado como instrumento de articulação e integração das forças produtivas regionais, bem como de avaliação das oportunidades e ameaças inerentes à própria região;
- Criação do SIGER/Sistema de Informações Gerenciais da Região visando contribuir para equalizar a complexidade da gestão

regional, disponibilizando informações precisas e sustentáveis, de interesse da comunidade, para facilitar a tomada de decisões;

- Estímulo à criação de uma Conferência de Desenvolvimento Regional como um fórum permanente de discussão;
- Elaboração dos PDDU/Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano dos municípios de Acopiara, Cedro, Jucás, Lavras da Mangabeira, Orós e Várzea Alegre.

Estratégias Econômicas

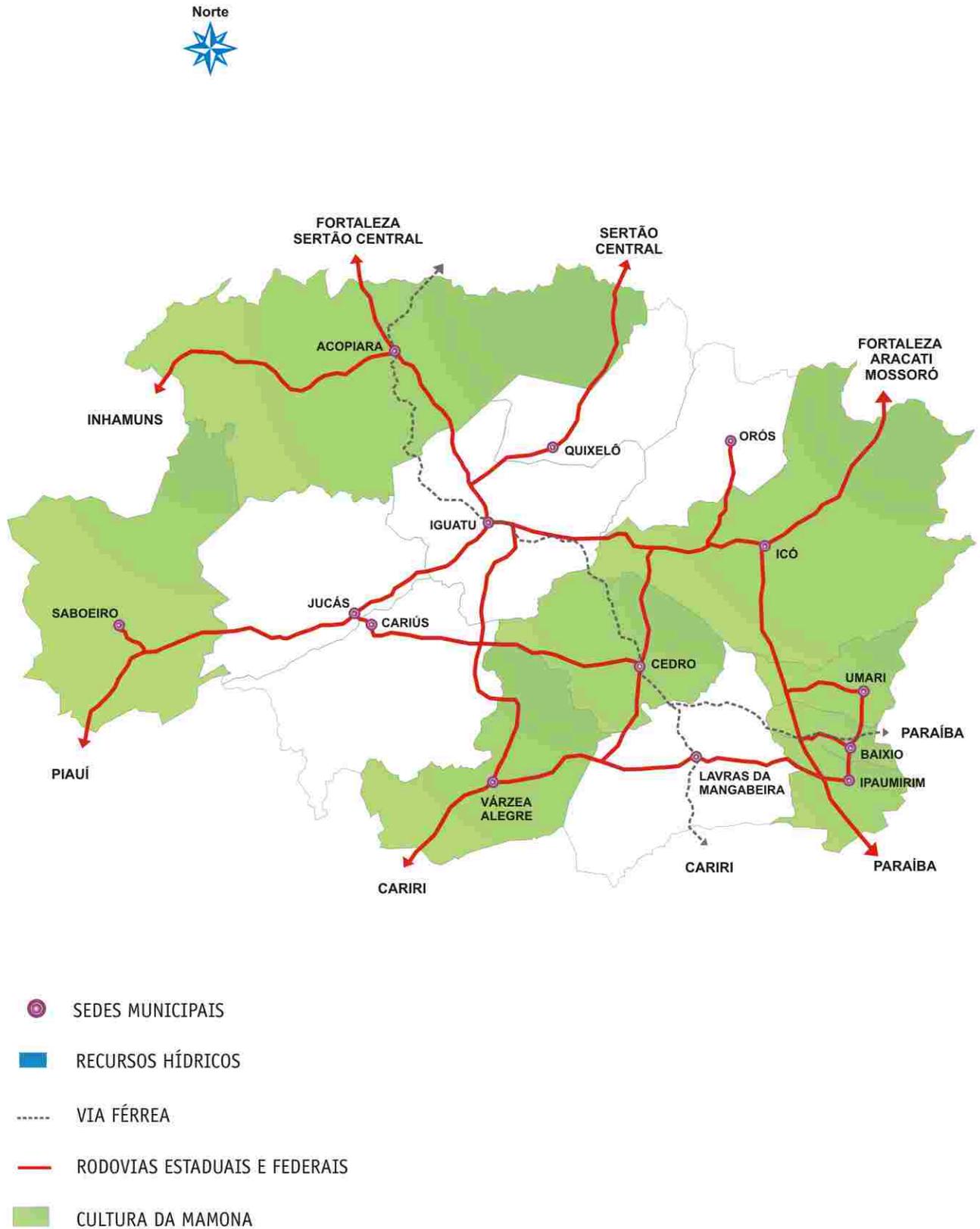
- Fortalecer a base de exportação regional, através da estruturação/reestruturação da produção primária e do incentivo à atividade turística nos açudes e sítios históricos da região;
- Fortalecer as atividades produtoras de bens finais para o mercado regional, através do suporte a esses tipos de atividades, reduzindo as fugas de renda provocadas pelas compras em outras praças, e levando em consideração a hierarquia desses tipos de bens com relação à rede de cidades;
- Incentivar a formação de APL/Arranjos Produtivos Locais ligados à base exportadora e às atividades finais para o mercado regional, com o objetivo de ampliar a produção regional pelo alongamento e diversificação das cadeias produtivas que formam as ligações intersetoriais na região;
- Desenvolver uma capacidade inovadora adaptada às necessidades regionais, através do aproveitamento da posição espacial relativa da região e com vistas à criação de um centro de ensino médio acoplado a um processo de pesquisa e de incubação de microempresas ligadas à base exportadora e aos APL;

- Incentivar a atividade turística e a de produtos passíveis de serem produzidos regionalmente, considerando as potencialidades do solo, a tradição de cultivo da região e as oportunidades que se abrem no ambiente externo, em particular tomando com âncoras as sedes dos municípios de Orós e Icó;
- Adensar a cadeia produtiva, com incentivo à produção de algodão, que atualmente é comprado no mercado externo e que passa por uma maior verticalização da produção, através do fortalecimento de outros segmentos, como o de malharia, considerado fundamental por produzir artigos com maior valor agregado;
- Implantar culturas energéticas com vistas à produção de biodiesel e que têm por base a lavoura de sequeiro. Entre as possibilidades propostas, a mamona e o algodão se apresentam como viáveis, uma vez que tais culturas podem conviver com o regime pluviométrico do semi-árido;
- Estimular a ovinocaprinocultura como uma atividade a ser desenvolvida e que, se bem estruturada, poderá significar uma importante atividade regional. Essa atividade tem sido relegada a um *status* secundário, mas é bem adaptada às condições do semi-árido nordestino. Por outro lado, face às possibilidades de encadeamento produtivo formando um APL/ Arranjo Produtivo Local, poderá significar uma importante fonte de empregos;
- Estimular a agricultura irrigada de alto valor agregado que possui futuro certo na região face à disponibilidade relativa de recursos hídricos. Frutas, em primeiro lugar, mas igualmente flores e hortaliças são possibilidades concretas, podendo vir a ocupar posição importante nas áreas passíveis de irrigação, tendo em vista a sua viabilidade comprovada em outras áreas do Nordeste brasileiro, inclusive no Estado do Ceará, e às possibilidades vislumbradas pelo crescimento recente das exportações;
- Estimular a piscicultura, que pode ocupar um lugar importante tanto como uma forma de suprir as necessidades alimentares da população, como para a geração de um excedente comercializável. Além das disponibilidades hídricas, a região possui estação de piscicultura em Icó, onde também são produzidos alevinos. A piscicultura pode significar uma importante fonte de emprego e renda para a região;
- Estimular a implantação de atividades industriais e agroindustriais;
- Fortalecer as atividades produtoras de bens finais para o atendimento à demanda criada pela distribuição de renda proporcionada pelas atividades básicas e pelas que compõem os APL;
- Incentivar a formação de APL ligados à base exportadora e às atividades finais para o mercado regional, privilegiando o agronegócio e os serviços ligados ao turismo, como setores mais estruturantes para um processo de desenvolvimento econômico, nos quais o setor empresarial vê oportunidades de engajamento.

Estratégias Sócio-Culturais

- Promover a qualidade do processo ensino-aprendizagem e melhorar o perfil educacional e cultural da população;
- Desenvolver ações que ampliem a Educação Infantil;
- Implantar treinamento e aperfeiçoamento contínuo de profissionais da Educação Básica;
- Melhorar a infra-estrutura física dos equipamentos da rede de Educação;
- Promover a capacitação e qualificação profissional da população;
- Capacitar os profissionais de saúde para a assistência humanizada;
- Fortalecer a educação de jovens e adultos;

Áreas Preferenciais para o Cultivo da Mamona



- Promover atenção integral à saúde, respeitando o princípio da universalidade, de forma humanizada e com equidade;
 - Ampliar e garantir a melhoria da qualidade das ações do PSF/Programa Saúde da Família, incluindo atendimento saúde-bucal e higiene;
 - Ampliar e dinamizar os Hospitais Regionais de Saúde localizados em Icó e Iguatu;
 - Incentivar o desenvolvimento de consórcios intermunicipais de saúde;
 - Difundir e apoiar as iniciativas culturais regionais, assim como oferecer espaço de formação e práticas artístico-culturais;
 - Criar e divulgar uma Agenda Cultural da região;
 - Implantar Centros Culturais em nível municipal/regional;
 - Estabelecer uma política local e regional de preservação do patrimônio cultural;
 - Priorizar a atenção às pessoas portadoras de necessidades especiais e à grupos sociais vulneráveis, buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e os mecanismos que garantam a mobilização e participação comunitárias;
 - Promover a atenção integral à criança e ao adolescente;
 - Promover a inclusão social de jovens em situação de risco;
 - Definir uma política de habitação e saneamento básico, local e regional, que atinja os meios urbano e rural.
- Estratégia Físico-Territorial e Ambiental**
- Dotar a região da infra-estrutura (transportes, energia e comunicações) necessária ao seu funcionamento;
 - Garantir a participação da sociedade como co-responsável pela qualidade ambiental da região, através de uma política regional de meio ambiente que interaja com as políticas municipais e estadual;
 - Recuperar as rodovias federais, estaduais e municipais, indispensáveis à estruturação regional;
 - Reestruturar o transporte intermodal (rodovias/ferrovias), com a possível recuperação da malha ferroviária, com vistas ao escoamento da produção regional, na nova situação de desenvolvimento;
 - Criar áreas de preservação ambiental;
 - Urbanizar as margens dos rios e lagoas localizados nos centros urbanos;
 - Elaborar o zoneamento das margens e entorno dos açudes, visando o ordenamento do seu múltiplo uso (piscicultura, pesca esportiva, irrigação e lazer);
 - Implantar projetos de saneamento básico que contemple estação de tratamento de esgoto adequado (destino final dos efluentes);
 - Proceder a perenização das lagoas a partir do açude Trussu;
 - Promover a criação e fortalecimento dos órgãos municipais de meio ambiente para gestão das unidades de conservação e o manejo da biodiversidade, e de instâncias de caráter regional como os consórcios intermunicipais para implantação de uma usina de reciclagem de lixo regional e de aterros sanitários;
 - Capacitar os recursos humanos locais e regionais para atividades turísticas;
 - Identificar e divulgar os pontos turísticos da região;
 - Criar um programa de educação ambiental continuada (escola/seminários/campanhas publicitárias);
 - Criar um programa de capacitação dos educadores focado na questão ambiental;
 - Incentivar o ecoturismo, com a conservação das áreas de interesse ecológico e/ou cultural;
 - Gerar e difundir tecnologias de produção adequadas à região.

Gestão

A estratégia de implantação do Plano requer instrumentos de gestão que proporcionem a organização das estruturas que permitam a realização das ações propostas, promovendo um modelo de desenvolvimento além das questões econômicas, que considere, no mesmo patamar de importância, as dimensões sócio-culturais e ambientais. Neste sentido, propõe-se a criação de uma ADR/Agência de Desenvolvimento Regional, com ampla representação da sociedade e do poder público atuante na região, com o objetivo de coordenar e articular a implementação, bem como promover a revisão e a adequação das ações e projetos constantes do PDR.

Uma instituição desta natureza deve se constituir como OSCIP/Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Lei Federal nº 9.970/99.

Assim, a ADR CENTRO SUL/VALE DO SALGADO deverá ser um órgão colegiado composto por representantes da sociedade civil de cada município da região, das Câmaras e Prefeituras Municipais, de instituições e órgãos dos governos federal e estadual que desenvolvem ações na região, cooperativas, sindicatos, organizações comunitárias, IBAMA, BNB, DNOCS, SEBRAE, EMATERCE, instituições de ensino etc.

A ADR deverá possuir um quadro de pessoal técnico permanente e outro provisório para desenvolver atividades específicas. Tais quadros colocarão em movimento as atribuições da instituição, que são:

- Sensibilizar e mobilizar a comunidade, o setor privado e os poderes públicos, nos três níveis de governo, para o desenvolvimento regional;
- Adotar o PDR/Plano de Desenvolvimento Regional como contrato de parceria entre a sociedade e o poder público, como instrumento técnico para implementação

de projetos estruturantes, além de ponto de partida para o planejamento e gestão local e regional;

- Estabelecer os mecanismos de articulação pró-ativos dos interesses locais e regionais;
- Articular e identificar opções de financiamento do desenvolvimento local e regional, a partir do PDR;
- Acompanhar e contribuir para a articulação e integração das ações e projetos dos governos municipais, estadual e federal a serem implantados na região;
- Estimular a cooperação inter e intra-regional, na perspectiva de fortalecer o crescimento econômico estadual;
- Contribuir para a construção da identidade regional e elevação da auto-estima da população;
- Promover o intercâmbio de experiências inter e intra-regional como forma de capacitação e fortalecimento dos projetos locais e regionais;
- Constituir um meio de comunicação regional que divulgue, de forma ampla, os resultados e o método de implantação dos projetos na região, no Estado, no País e internacionalmente;
- Contribuir para a negociação de recursos públicos e privados destinados ao financiamento das atividades econômicas que fortaleçam a reestruturação das cadeias produtivas regionais;

- Viabilizar um meio de comunicação social que divulgue o Plano e envolva a população em seus processos de implantação, avaliação e revisão.

Deverá ser criado um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional, que será gerido pela ADR, com o objetivo de captar recursos destinados ao financiamento das atividades econômicas e dos projetos públicos voltados a garantir a infra-estrutura de suporte ao crescimento sócio-econômico local e regional, bem como manter a Unidade de Gestão.

Completando a estruturação da ADR, deverá ser criado o SIGER/Sistema de Informações Gerenciais da Região, com objetivo de contribuir na tomada de decisões com base em informações seguras e adequadamente analisadas, no sentido de ampliar a compreensão das questões regionais e as suas relações endógenas e exógenas. O repertório de informações e documentos deverá ser divulgado e estar disponível às consultas públicas.

A ADR deverá ter uma administração colegiada e com base na nucleação de responsabilidades específicas orientadas pelas instâncias máximas de decisão: a Assembléia Geral e o Conselho Administrativo.

O processo de implementação da ADR deverá ser conduzido por um Grupo de Parceria Regional do PDR, cujos membros comporão a Assembléia Geral na qualidade de sócios fundadores e, nesta condição, escolherão um Conselho Executivo Provisório para, com apoio da SDLR/Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional, elaborarem o estatuto e regimento interno da ADR, além de coordenar o processo de eleição do seu primeiro Conselho Administrativo, a quem caberá adotar as medidas de oficialização.

ELABORAÇÃO PDR

CONSÓRCIO CONCREMAT / SISMET

COORDENAÇÃO GERAL

Luís Augusto Ablas - Economista

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Joaquim Cartaxo Filho - Arquiteto/Urbanista

COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA E RECURSOS HÍDRICOS

Henrique Vieira Costa Lima - Engenheiro Civil

EQUIPE TÉCNICA

Alexandre Weber - Economista

Alfonso Risso - Engenheiro Civil

Américo Leite Moreira - Economista

Assuéro Ferreira - Economista

Francisco Pardaillan Farias Lima - Engenheiro Agrônomo

Gustavo Brasileiro Coelho - Engenheiro Civil

Luciana César Torres Melo Lima - Engenheira Civil

Luciene Lobo - Arquiteta/Urbanista

José de Ribamar Souza - Engenheiro Civil

Marcelo Maximiliano da Costa - Economista

Maria Amélia da Costa - Engenheira Agrônoma

Maria Aparecida Façanha - Economista

Viviane Mary Jucá Bezerra - Cientista Social

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Carlos Eduardo Nogueira - Auxiliar Técnico

José Walton F. Nascimento - Auxiliar Administrativo

Renata Nogueira - Auxiliar/Técnico Administrativo

Valdério Costa - Designer Gráfico

Vanessa Vasconcelos - Auxiliar Administrativo

EDIÇÃO PDR

José Sales - Arquiteto/Urbanista
Organizador

Felipe Rodrigues - Arquiteto/Urbanista
Supervisor de Edição/Produção

Verônica Prado - Jornalista
Textos

Daniel Roman - Fotógrafo
CAMERA UM

Henrique Baima - Designer
Ricardo de Avelar - Designer
BRIBA

Impressão
EXPRESSÃO GRÁFICA E EDITORA

Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional / SDLR
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Ed. SEPLAN, 1º andar, Cambéa.
Cep. 60.830-120 / Fortaleza CE

Fone: +55 +85 452.3300

Fax: +55 +85 452.3303

sites: www.ceara.gov.br
www.sdlr.ce.gov.br

e-mail: sdlr@sdlr.ce.gov.br

